

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia prevista para ser realizada no dia 30 de abril de 2019:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018.

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2018, conforme divulgadas em 29 de março de 2019 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no website da Companhia e publicadas nos jornais Folha de São Paulo, O Estado do Maranhão e Diário Oficial do Estado do Maranhão (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. Exame, discussão e votação do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31.12.2018.

Conforme já mencionado no item anterior, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

3. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2018.

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, bem como que seja aprovada a distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração em reunião datada de 29 de março de 2019.

Propomos a distribuição de R\$ 191.484.106,15 (cento e noventa e um milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e seis reais e quinze centavos) a título de dividendos, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 29 de março de 2019.

De acordo com nossa proposta, os dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2019, em parcela única, sem qualquer atualização monetária. A base acionária que fará jus ao recebimento dos dividendos será aquela da mesma data de realização desta Assembleia.

4. Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, Deliberação sobre sua eleição e caracterização dos seus membros independentes.

Propomos que seja fixado em 7 (sete) o número de membro do Conselho de Administração da Companhia e indicamos os Srs. Guilherme Mexias Aché, Carlos Augusto Leone Piani, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, Tania Sztamfater Chocolat, Marcos Martins Pinheiro e Luís Henrique de Moura Gonçalves aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes ao candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia acima indicado encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

5. Deliberação acerca da instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2019, assim como a eleição de seus respectivos membros.

Indicamos os Srs. Saulo de Tarso Alves de Lara (suplente Moacir Gibur), Paulo Roberto Franceschi (suplente Claudia Luciana Ceccatto de Trotta), Vanderlei Dominguez da Rosa (Ricardo Bertucci) aos cargos de membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

6. Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2019

Propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2019, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, seja fixada no montante global de até R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais). Reiteramos que o montante proposto acima não considera despesas contábeis com o Plano de Opção de Outorga de Ações, por não ser considerado remuneração pela Companhia.

No que tange a remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

ANEXO I
Comentários dos Diretores da Companhia
Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras e nas Informações Trimestrais sobre a nossa situação financeira. Nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma *holding* que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, assim como de prestação de serviços relacionados à energia elétrica no Brasil. A Companhia possui sede em São Luís, no Estado do Maranhão, tendo suas ações negociadas na B3 sob o *ticker* “EQTL3” e, desde 2008, participa do segmento de listagem do Novo Mercado.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$ 5.596 milhões, representando um aumento de 16,9 % em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.786 milhões). O lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.161 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1,2 bilhões, enquanto o lucro líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$1.205 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.613 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.377 milhões valor que representava 0,49 vez o patrimônio líquido e 1,47 vez o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2017, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.711 milhões, valor que representava 0,40 vez o patrimônio líquido e 1,28 vez o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.786 milhões, representando um aumento de 19% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.024 milhões). O lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.205 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.613 milhões, enquanto o lucro líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$873 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.338 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.377 milhões valor que representava 0,49 vez o patrimônio líquido e 1,47 vez o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2016, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.711 milhões, valor que representava 0,40 vez o patrimônio líquido e 1,28 vez o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.024 milhões, representando um aumento de 16% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.479 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$712 milhões e EBITDA de R\$1.445 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$808 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.469 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.514 milhões valor que representava 0,61 vezes o patrimônio líquido e 1,7 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.682 milhões, valor que representava 0,48 vezes o patrimônio líquido e 1,4 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$486 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$121 milhões. A controlada Celpa, em 2016, investiu R\$501 milhões em investimentos próprios e R\$231 milhões no Programa Luz Para Todos.

b. estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia e suas controladas realizam frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 33% de capital próprio e 67% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 33% de capital próprio e 67% de capital de terceiros, comparados a 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros em dezembro de 2016.

	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Capital próprio	26%	33%	34%
Capital social	2.375.354	2.227.021	1.981.985
Reserva de capital	60.780	59.150	54.959
Reserva de lucros	3.210.214	2.524.802	2.009.845
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	(22.262)	(22.262)
Outros Resultados Abrangentes	(28.054)	(2.626)	(529)
Participação de acionistas não controladores	956.839	962.019	847.689
Patrimônio líquido	6.552.871	5.748.104	4.871.687
Capital de terceiros	74%	67%	66%
Passivo circulante	6.442.384	4.074.347	3.416.305
Passivo não circulante	12.510.741	7.666.001	5.931.528
Total do Passivo	18.953.125	11.740.348	9.347.833
Caixa e equivalentes de caixa	4.743.990	4.172.474	3.057.919
Passivo líquido total	14.209.135	7.567.874	6.289.914
Total do passivo e patrimônio líquido	25.505.996	17.488.452	14.219.520

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazos e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida, composta pela Dívida Bruta representada pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante); (iv) Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; e (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

Adicionalmente a Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de crescimento observados em empresas comparáveis do setor no mercado. A Companhia e suas controladas administram seu

capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia e de suas controladas. A Diretoria esclarece que, o gerenciamento do capital da Companhia está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia e de suas controladas:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA;
- (ii) Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido); e
- (iii) Dívida de curto prazo/dívida total.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas. Esta afirmação pode ser atestada através da avaliação do índice de alavancagem consolidada (dívida líquida dividida por seu EBITDA dos últimos 12 meses) da Companhia que encerrou o exercício de 2018 em 1,9 vezes, sendo ao final do exercício de 2017 em 1,8 vezes e 1,7 vezes ao final do exercício de 2016.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava R\$ 2.821 MM de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$ 4.744 MM em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava R\$ 1.200 MM de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$ 4.180 MM em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava R\$987 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$3.058 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

Nossa Diretoria entende que a Companhia não utiliza fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, contudo, as controladas da Companhia, utilizam as seguintes fontes:

I. Companhia Energética do Maranhão ("CEMAR"):

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a CEMAR utilizou as seguintes fontes de financiamento: Banco do Nordeste – BNB, Eletrobrás e BNDES, que usualmente oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a CEMAR tem possibilidade de captação de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc.), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a CEMAR poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

II. Centrais Elétricas do Pará (“CELPA”):

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a CELPA utilizou as seguintes fontes de financiamento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobrás”) e Caixa Econômica Federal (“CEF”), que usualmente oferecem taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. A CELPA também possui financiamentos contratados com instituições financeiras privadas, com o objetivo de financiar suas atividades, como Itaú e Citibank.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a CELPA poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente as apenas as controladas da Companhia possuem limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha.

Nossos Diretores entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes nas controladas da Companhia, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 12.280 milhões, dos quais 8,8% (R\$ 1.083 milhões) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$ 6.702 milhões. Do valor total da dívida bruta acima, 23,0% (R\$ 2.822) tem vencimento no curto prazo e 77,0% (R\$ 9.458) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 7.839 milhões, dos quais 10,7% (R\$ 842) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$ 3.164 milhões. Do valor total da dívida bruta acima, 15,3% (R\$1.200) tem vencimento no curto prazo e 84,7% (R\$ 6.639) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$5.625 milhões, dos quais 15% (R\$823 milhões) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$2.377 milhões.

Do valor total da dívida bruta acima, 18% (R\$987 milhões) tem vencimento no curto prazo e 82% (R\$4.669 milhões) tem vencimento no longo prazo.

Dívidas (R\$ mil)	2016	2017	2018
Curto Prazo	986.951	1.087.558	2.822.000
Moeda Estrangeira	547.150	274.380	7.000
Moeda Nacional	439.801	813.178	2.815.000
Longo Prazo	4.669.319	4.620.346	9.458.00
Moeda Estrangeira	275.533	649.496	1.075.000
Moeda Nacional	4.393.786	3.970.850	8.383.000
Total Geral	5.656.270	5.707.904	12.280.000

O gráfico abaixo demonstra a evolução do endividamento da Companhia quando comparada ao seu EBITDA Ajustado.

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida	6.701.556	3.164.404	2.376.896
DL / EBITDA	1,9	1,8	1,47

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Diretoria destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pelas controladas da Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, uma vez que a Companhia não possui operações dessa natureza atualmente contratadas.

I. EQUATORIAL ENERGIA:

II.

2ª emissão de debêntures

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em duas séries, no valor total de R\$800.000 mil, sendo a primeira série no montante de R\$ 695.000, com vencimento em novembro/2022 com taxa equivalente a CDI + 1,6% e a segunda série no montante de R\$ 105.000 com vencimento em novembro/2024 com taxa equivalente à IPCA + 5,77%. Ambas se destinaram prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.

1ª emissão de nota promissórias

Em 21 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de nota promissórias. Os recursos captados, no montante de R\$ 310.000 mil, em série única, com taxa de 109% do CDI, com amortização bullet em 21 de dezembro de 2018 destinaram-se à utilização no setor de transmissão de energia elétrica.

2ª emissão de nota promissórias

Em 25 de setembro de 2018, a Companhia realizou 2ª emissão de nota promissórias. Os recursos captados, no montante de R\$ 820.000 mil, em série única, com taxa de 107,5% do CDI, com amortização bullet em 25 de setembro de 2019, destinaram-se à aquisição da CEPISA e à gestão ordinária dos negócios da Companhia, com o objetivo de cobrir de necessidades de capital de giro.

3ª emissão de debêntures

Em 04 de outubro de 2018, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em série única, no valor total de R\$448.400 mil, com vencimento em outubro/2024 com taxa equivalente a CDI + 1,3%. Os recursos captados se destinaram a cobertura de necessidades de capital de giro e alongar o passivo financeiro da Emissora.

II. CEMAR:

4ª emissão de debêntures da Cemar

Em 21 de junho de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$280.000 mil, dividido em duas séries de R\$101.380 mil e R\$178.620 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são de 100% CDI e spread 1,08% a.a., e da segunda série IPCA mais spread de 5,9% a.a.

6ª emissão de debêntures da Cemar

Em 14 de outubro de 2014, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$200.000 mil, em uma única série. Os juros remuneratórios das debêntures são de 113,2% CDI.

7ª emissão de debêntures da Cemar

Em 01 de novembro de 2016, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, com taxa na 1ª serie de IPCA + 5,48% a.a e 2ª serie com IPCA + 5,54% a.a com amortização bullet.

8ª emissão de debêntures da Cemar

Em 13 de outubro de 2017, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em série única, com taxa de 107% do CDI, com amortização bullet.

1ª emissão de nota promissórias da Cemar

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de nota promissórias. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em série única, com taxa de 106% do CDI, com amortização bullet.

Dívida com a Eletrobrás:

Em 16 de fevereiro de 1999, a CEMAR celebrou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -Eletrobrás o contrato ECF-1960/1999 concedendo à CEMAR um parcelamento da dívida no valor de R\$69.265 mil visando financiar a dívida da CEMAR junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Os encargos financeiros praticados no financiamento da dívida incluíam uma taxa de juros de 10% ao ano em conjunto com uma taxa de administração de 2% ao ano.

Em 27 de abril de 2004, a CEMAR celebrou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Instrumento Particular de Renegociação das Condições dos Contratos de Financiamento que dentre eles incluía o contrato ECF-1960/1999. Neste instrumento foram repactuados os encargos monetários do contrato ECF-1960/1999 que variam entre uma taxa de juros de 0% até 4% ao ano e uma taxa de administração de 0% até 4% ao ano entre o período que compreende os anos de 2004 a 2023.

Em 23 de dezembro de 2010, a Cemar celebrou com a Eletrobrás, contrato ECF-2890/2010, concedendo à Cemar crédito de R\$85.309 mil, para construção e ampliação de subestações, linhas de transmissão, com taxa de juros de 5% a.a., acrescida de taxa de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de crédito de 1% a.a.

Dívida com o BNB:

Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica que consistem, basicamente, em melhoramentos e correções de defeitos em estruturas existentes, e na ampliação de redes em áreas urbanas, com edificações e ruas asfaltadas. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é de 10% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

Dívida com o BNDES:

Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$193.023,4 mil, com o total liberado de R\$[175.237] liberados até 31 de dezembro de 2017, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:

- o Subcrédito A: O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início de amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- o Subcrédito B: O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano acrescida de spread de 1% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início de amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$50.772 mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e taxa de juros fixada em 8,7% ao ano. O prazo total é de 96 meses, com início da amortização em 15 de dezembro de 2013 e vencimento em 15 de novembro de 2021.
- o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$1.000 mil, com o total de R\$986 mil liberados em 27 de dezembro de 2012 e com a taxa de juros equivalente à TJLP. O prazo total é de 60 meses, com início da amortização em 15 de janeiro de 2013 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.

Em 13 de dezembro de 2012, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de até R\$516.487,6 mil, com um total já liberado de R\$ 473.820,6 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em nove subcréditos, conforme segue abaixo:

o Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$[151.974] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento de juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,06]% ao ano.

o Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$ 151.974 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de spread de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 10,06% ao ano.

o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$130.473,9 mil, com o total de R\$ 110.614 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 2,50% ao ano.

o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$ 21.373 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período entre 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,06% ao ano.

o Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$ 21.373 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de spread de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 10,06% ao ano.

o Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$12.904,6 mil, com o total de R\$ 6.259 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 2,50% ao ano.

o Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$ 3.842 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,06% ao ano.

o Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$ 3.842 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de um spread de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 10,06% ao ano.

o Subcrédito I: O valor contratado é de até R\$2.569,6 mil com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano, com o total de R\$[2.451] liberados até 31 de dezembro de 2017. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro

de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 7,00% ao ano.

Em 30 de dezembro de 2014, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de até R\$557.700 mil, com um total já liberado de R\$[428.163] liberados até 31 de dezembro de 2017, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em oito subcréditos, conforme segue abaixo:

o Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$136.167 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,21% ao ano.

o Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$ 137.673 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com o a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 10,21% ao ano.

o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$42.342 mil, com o total de R\$ 13.709 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com taxa e juros fixa de 6% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de dezembro de 2016 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2017, inclusive. A amortização do principal se dará em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 8,70% ao ano.

o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$119.344,5 mil, com o total de R\$ 63.964 liberados até 31 de dezembro de 2017e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 7,00% ao ano.

o Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$ 33.500 liberados até 31 de dezembro de 2017e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento dos juros no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2014. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,68% ao ano.

o Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$ 33.500 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,78% ao ano.

o Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$16.827,4 mil, com o total de R\$ 9.650 liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,28% ao ano.

o Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$2.774,6 mil, sem valores liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano. A amortização é trimestral no período entre 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do

principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de 9,28% ao ano.

Dívida com o Banco do Brasil S.A.:

Agroindustrial I: No dia 09 de maio de 2013 foram captados R\$90.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 11 de abril de 2018.

O contrato Agroindustrial I subdivide-se conforme a baixo:

- Agroindustrial I – Subcrédito A: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.
- Agroindustrial I – Subcrédito B: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.

Agroindustrial II: Em 28 de junho de 2013 foram captados R\$150.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 12 de junho de 2018.

Agroindustrial III: Em 01 de julho de 2015 foram captados R\$40.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 15 de junho de 2018.

Agroindustrial IV: Em 22 de dezembro de 2014 foram captados R\$20.000 mil, com taxa de juros de 108% do CDI. Os juros serão foram exigíveis juntamente com a amortização em parcela única no vencimento, em 04 de dezembro de 2017.

Dívida com o Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch:

Em 17 de outubro 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Santander, no montante de R\$100.000 mil, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 3,0175% ao ano. Contrato liquidado em 10 de outubro de 2017.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Cemar contratou com o Santander uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

Dívida com o Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch:

Em 17 de outubro de 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Itaú-Unibanco S.A. Nassau por meio de uma Cédula de Crédito Bancário Internacional, no montante de aproximadamente USD40.708 mil (correspondente, na data de contratação, a R\$100.000 mil), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 2,52% ao ano. Contrato liquidado em 21 de outubro de 2017.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Cemar contratou com o Itaú-Unibanco S.A. uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018, a totalidade do passivo circulante e não circulante da CEMAR era de R\$ 4.226,4 milhões (R\$4.226,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$3.451,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$3.171,1 milhões em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$775,2 milhões (R\$917,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$860,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$688,8 milhões em 31 de dezembro de 2015) são garantidos por garantias reais, , R\$16,5 milhões (362,2 milhões em

31 de dezembro de 2017, 860,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$1.293 milhões em 31 de dezembro de 2015) são garantidos por garantias fidejussórias e R\$1.515,6 milhões (R\$2.946,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, 1.688,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$919,5 milhões em 31 de dezembro de 2015) possuem garantias quirografárias, não há dívida garantida por garantias flutuantes.

As debêntures da 4ª, 6ª, e 7ª e 8ª emissão da Companhia possuem covenants cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá implicar em vencimento antecipado das respectivas emissões.

III. CELPA:

Recuperação Judicial:

Em 31 de dezembro de 2018, a composição da dívida da Recuperação Judicial totalizou saldo de R\$ 774 milhões incluindo o ajuste a valor presente. No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a dívida da Companhia passou por processo de novação e repactuação e abaixo estão listados os empréstimos e financiamentos relevantes no âmbito do Plano de Recuperação Judicial.

Eletrobrás:

Crédito repactuado em 2012, no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Entes Públicos, no valor de R\$423 milhões, com taxa de juros pré-fixada de 6,0% ao ano e com vencimento em setembro de 2034.

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$616 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de setembro de 2034.

Indusval:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

Banco do Brasil:

Créditos repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da (a) condição F de forma de liquidação, com valor de R\$58 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034 e (b) condição C de forma de liquidação, com valor de R\$15 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Créditos repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição C de forma de liquidação, com valor de R\$3 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

BANCO DO NORDESTE - BNB

Créditos repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição C de forma de liquidação, com valor de R\$45 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

BANCO DA AMAZÔNIA - BASA

Créditos repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da (a) condição C de forma de liquidação, com valor de R\$61 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034 e (b) condição de Garantia Real de forma de liquidação, com valor de R\$ 123 milhões, com taxa de juros de 10% ao ano e com vencimento 31 de agosto de 2026

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID:

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de 5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de 3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

Em 7 de junho de 2013, a Companhia e o BID celebraram o segundo aditamento ao Loan Agreement (Contrato de Financiamento) para, dentre outras disposições, repactuar o covenant financeiro de Dívida Total / EBITDA no limite de 3,50:1,00, cuja repactuação entrou em vigor a partir de 1 de outubro de 2016.

Diante da dificuldade da Companhia em cumprir o covenant financeiro, que culminou com descumprimento do referido covenant a partir de 1 de outubro de 2016, a Companhia iniciou, em agosto último, tratativas com o BID para alteração de tal índice. Em 7 de dezembro de 2016, a Companhia e o BID celebraram o terceiro aditamento ao Loan Agreement (Contrato de Financiamento) para, dentre outras disposições, conceder anuência com relação ao descumprimento do covenant financeiro indicado acima a partir de 1 de outubro de 2016. Além disso, por meio do referido instrumento, foi pactuado covenant financeiro de (i) Dívida Líquida / EBTIDA no limite de (a) 5,50:1,00, em, ou antes de, 31 de dezembro de 2016, (b) 4,50:1,00, a partir de 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, e (c) 3,50:1,00, após o período do item (b); e (ii) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) no limite de (a) 75:100 (0,75) em, ou antes de, 31 de dezembro de 2016, e (b) 70:100 (0,70), após o período do item (a).

Em 16 de fevereiro de 2018, por decisões estratégicas, houve a liquidação antecipada do contrato no montante de R\$193.382 milhões.

Empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes

A Companhia possui os seguintes empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes e que não foram repactuados no âmbito do plano de recuperação judicial:

BNDES:

Em 11 de novembro de 2014, foi assinado pela Companhia junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0881.1 disponibilizando à Companhia um crédito no valor de até R\$498 milhões, cujos recursos são destinados à implantação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2013 e 2014, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, e D com taxa de 2,78% ao ano;
- Subcréditos B e E com taxa de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito C com taxa de TJLP+2,50% ao ano, limitado a 6% ao ano;
- Subcrédito F com taxa de TJLP + 2,78% ao ano.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2015 e término em 15 de março de 2024. O vencimento previsto do contrato é de 15 de maio de 2024.

Em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela Companhia junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0777.1, disponibilizando à Companhia um crédito no valor de até R\$ 863 milhões, são destinados à implantação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, B e C com taxa de 2,86% ao ano;

- Subcrédito D com taxa de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito E com taxa de TJLP + 2,48% ao ano;
- Subcrédito F que incidirá a TJLP.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização contratual é em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024.

Os dois contratos celebrados com BNDES possuem *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante.

Em 16 de agosto de 2018, por decisões estratégicas, houve a liquidação antecipada dos dois contratos no montante de R\$967 milhões.

Citibank:

Em 29 de janeiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Citibank, sendo aditivado em 20 de janeiro de 2016 no montante de US\$112.473.955,23 (correspondentes, na data de contratação, a R\$456 milhões) e novamente em 19 de abril de 2017 no montante de US\$ 175.000.000,00 (correspondentes, na data de contratação, a R\$ 542 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131 com vencimento previsto para 19 de abril de 2021. Os encargos financeiros contratados são Libor trimestral + 1,39% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Citibank uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de 117,25% do CDI ao ano.

Este contrato possui *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Em 11 de junho de 2018, a CELPA contratou financiamento junto ao Citibank, no montante de US\$100.000.000,00 (correspondentes, na data de contratação, a R\$390 milhões), destinou-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131 com vencimento previsto para 12 de junho de 2023. Os encargos financeiros contratados são Libor trimestral + 0,84% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Citibank uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de 111,8% do CDI ao ano.

Este contrato possui *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de 4,0. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Itaú:

Em 25 de fevereiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch, no montante de US\$69.483.047,00 (correspondente, na data de contratação a R\$200 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, contrato liquidado em 24 de fevereiro de 2017. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 1,99% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,80% ao ano.

Este contrato não possui *covenant* financeiro.

Santander:

Em 25 de fevereiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Banco Santander S/A, no montante de R\$200 milhões, conforme Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócios. . A taxa efetiva dessa operação é de 115,7% do CDI ao ano.

Este contrato possui *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de 4,0. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices

Debêntures

1ª emissão de debêntures

Em 17 de maio de 2016, a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, no valor total de R\$100.000 mil, em série única, com vencimento em 30 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de IPCA + 9% ao ano. Em que pese a 1ª emissão ter sido realizada em 17 de maio de 2016, as debêntures foram subscritas e integralizadas em agosto de 2016.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

2ª emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em até duas séries, destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em

janeiro/2024 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série IPCA + 7,00%, ambas com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública, no valor total de R\$300.000 mil, dividido em duas séries de R\$199.069 mil e R\$100.931 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são 7% a.a., sobre atualização pelo IPCA. E da segunda série IPCA mais spread de 6,87% a.a.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 1,5. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

4ª emissão de debêntures

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, por meio de oferta pública, não conversíveis em ações, no valor total de R\$5000.000 mil, em série única, com vencimento em 16 de dezembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 116% CDI a.a.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 1,5x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Em 18 de maio de 2018, a Companhia realizou a aquisição facultativa de R\$ 443 milhões Debêntures (R\$ 457 milhões, incluindo a remuneração aplicável) transferindo esses debenturistas para a 2ª série da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia.

5ª emissão de debêntures

Em 17 de maio de 2018, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures, por meio de oferta pública, não conversíveis em ações, no valor total de R\$1.000 milhões, em duas séries, com vencimento em 25 de abril de 2023. Os juros remuneratórios das debêntures são de CDI + 1.1% ao ano para a primeira série, e CDI + 1.3% ao ano para a segunda série.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 4x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia, reorganizações societárias e *cross-default*, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

IV. EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A.

Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil

Em 19 de junho de 2018, a Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$343.055 mil, com a finalidade de investimento. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros é 2,0766% a.a. acrescido da variação do IPCA. O empréstimo também possui bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

V. EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A.

Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil

Em 19 de junho de 2018, a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$353.047 mil, com a finalidade de investimento. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros é 2,0766% a.a. acrescido da variação do IPCA. O empréstimo também possui bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

VI. EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A.

Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil

Em 19 de junho de 2018, a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$425.274 mil, com a finalidade de investimento. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros é 2,0766% a.a. acrescido da variação do IPCA. O empréstimo também possui bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

VII. EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.

1ª Emissão de Debêntures

Em 20 de maio de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única no valor total de R\$185.000 mil, com vencimento em 20 de novembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são 114,6% do CDI ao ano. As debêntures foram subscritas e integralizadas em 25 de maio de 2018.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base trimestral, (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 4x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

1ª Emissão de Notas Promissórias

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$185.000 mil com vencimento em 28 de agosto de 2019. Os juros remuneratórios são de 114,6% do CDI ao ano.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 4x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

VII. EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.

1ª Emissão de Notas Promissórias

Em 03 de agosto de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$405.000 mil com vencimento em 02 de agosto de 2020. Os juros remuneratórios são de CDI + 1,2% ao ano.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 4x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Nossa Diretoria destaca abaixo os principais limites dos financiamentos já contratados pelas controladas da Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, uma vez que a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos.

I. CEMAR:

Para o contrato com BNDES celebrado em 23 de dezembro de 2012 para financiamento do plano de investimentos de 2012 a 2014, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado foi até 30 de junho de 2016. O encerramento do crédito aconteceu em junho de 2016.

Para o contrato com BNDES nº 14.2.1233.1, celebrado em 30 de dezembro de 2014 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES.

Dos 557,7 milhões contratos, 77% já foram utilizados. Ficando para 2018 o volume a ser captado de 24% (126 milhões).

O contrato ECFS 332-2013 (PLPT 7ª Tranche), celebrado em 23 de maio de 2013 destinados à cobertura financeira de parte dos custos diretos das obras do Programa Luz para Todos.

O valor do contrato é de 214 milhões, 89% já foram utilizados e aguardando liberação da parcela final do contrato.

Para o contrato 415.866-52/2013 (Caixa - Finisa), celebrado em 04 de outubro de 2013 destinado a financiar os custos diretos dos investimentos ao atendimento de consumidores rurais. O prazo-limite para utilização de recursos é até 30 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado.

Dos 28,6 milhões contratados, 90% já foram utilizados, faltando 10% da parcela de encerramento prevista para 2017.

Para os financiamentos contratados junto ao STN, Operação Itaú, Operação Santander, Banco do Brasil, BNB, Eletrobrás, FINEP, IBM, Votorantim e Sudene, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foi utilizada pela Companhia.

II. CELPA:

Para o contrato com BNDES nº 15.2.0777.1, celebrado em 15 de dezembro de 2015 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Do total de R\$863 milhões contratados, 71% já foram utilizados.

Para o contrato com a CAIXA nº CEF 415.877-81/2015, celebrado em 28 de julho de 2015, para financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema no entorno de Belo Monte, no âmbito do Programa Luz para todos. O limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 31 de março de 2016, sendo que a prorrogação deste prazo está sendo negociada com a CAIXA. Do total de R\$38 milhões contratados, 90% já foram utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Comparação dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Consolidado		%A		
	<u>31/12/2018</u>	%AV	<u>31/12/2017</u>	V	%AH
Receita operacional líquida	<u>11.252.627</u>	100%	<u>9.071.420</u>	100%	24%
Custo do serviço de energia elétrica	<u>(8.336.908)</u>	-74%	<u>(6.446.385)</u>	-	29%
Lucro operacional bruto	<u>2.915.719</u>	26%	<u>2.625.035</u>	29%	11%
Despesas com vendas	(524.529)	-5%	(583.261)	-6%	-10%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(162.651)	-1%	(570.260)	-6%	-71%
Amortização do direito de concessão	(20.252)	0%	(5.923)	0%	242%
Resultado da equivalência patrimonial	36.517	0%	56.661	1%	-36%
Outras despesas/receitas operacionais	<u>(166.671)</u>	-1%	<u>(111.920)</u>	-1%	49%
Total de receitas (despesas) operacionais	<u>(837.586)</u>	-7%	<u>(1.214.703)</u>	-	-31%
Lucro antes do resultado financeiro	<u>2.078.133</u>	18%	<u>1.410.332</u>	16%	47%
Resultado financeiro	<u>(782.584)</u>	-7%	<u>(169.216)</u>	-2%	362%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	<u>1.295.549</u>	12%	<u>1.241.116</u>	14%	4%
Imposto de renda e contribuição social	<u>(134.489)</u>	-1%	<u>(36.033)</u>	0%	273%
Lucro líquido do período	<u>1.161.060</u>	10%	<u>1.205.083</u>	13%	-4%

Atribuível aos acionistas não controladores	<u>243.125</u>	2%	<u>(207.820)</u>	-2%	-
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	<u>917.935</u>	8%	<u>997.263</u>	11%	217 %

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$9.071 milhões em 2017 para R\$ 11.253 milhões em 2018, representando um aumento de 24%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo crescimento do consumo de energia dos mercados cativo e livre de suas controladas CEMAR e CELPA em relação ao mesmo período do ano anterior bem como o aumento do número de clientes e dos reajustes tarifários de 16,94%, 11,75% e 27,63% nas controladas CEMAR, CELPA e CEPISA respectivamente.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$ 4.335 milhões em 2017 para R\$ 5.454 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de 26%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento das receitas de compra de energia das controladas CEMAR e CELPA no curto prazo que tiveram influências dos seguintes fatores: (i) custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e Cotas de Garantia Física no ambiente regulado, que tiveram um aumento no volume contratado de 4,51 % e 5,77% em relação ao exercício anterior das controladas CEMAR e CELPA; (ii) Atualização das tarifas pelo IPCA dos contratos vigentes no mesmo mês do reajuste da CELPA, que resultaram no aumento do custo com a Compra de Energia oriunda dos leilões; (iii) o preço médio pago no exercício de 2018 aumentou em 34,4% na CEMAR em relação ao que foi pago no exercício de 2017, devido ao acionamento das térmicas, entre os meses de março a setembro, o que faz com que haja uma maior parcela variável de pagamento; (iv) referente ao saldo de aquisição das controladas CEPISA e INTESA.

Total de Receitas (Despesas) Operacionais

As Receitas (Despesas) Operacionais passaram de R\$ 1.215 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 837.586 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 31%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, em razão do saldo de aquisição da CEPISA, conseqüentemente todas as despesas com vendas, gerais e administrativas foram incorporadas na Equatorial Energia. Nessa controlada podemos

destacar que os valores são decorrentes, principalmente, da reclassificação para resultado financeiro de atualizações de acordos extrajudiciais firmados com esta controlada CEPISA. Acordo com Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA. E, ainda, na condição de interveniente anuente, o Estado do Piauí, objetivando por termo às Ações de Restituição de Valores ajuizadas pela AGESPISA (Processos nº 10147-81.2000.8.18.0140 e 11278-28.1999.8.18.0140) e Ação de Cobrança ajuizada por esta Companhia (Processo nº 03034-95.2008.8.18.0140) e três Ações de Execuções Fiscais movidas pelo Estado do Piauí, bem como a Prefeitura Municipal de Teresina.-PI, objetivando por termo à ação judicial - Processo nº 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual a Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal.

Resultado financeiro

A despesa financeira líquida da Companhia passou de R\$ 169 milhões em 2017 para R\$ 782 milhões em 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente: (i) pela publicação do Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário do STF, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das Controladas CEMAR e CEPISA, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, as Controladas Constituíram um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. A CEMAR e a CEPISA registraram R\$ 84.266 e R\$ 8.228 PIS/COFINS como dedução da receita bruta, e R\$ 111.806 e R\$384 mil incidente sobre a receita de atualização (Resultado Financeiro); (ii) Com o saldo da aquisição da Controlada CEPISA adquirida em 2018 gerando despesa financeira, sendo seu maior opressor o AVP da dívida em seu resultado aumentando a despesa financeira da Equatorial Energia.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.241 milhões em 2017 para R\$ 1.296 milhões em 2018, representando uma variação positiva de 4% em virtude, principalmente, do aumento da receita operacional de suas controladas CEMAR e CELPA, conforme mencionado acima.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 36 milhões em 2017 para R\$ 134 milhões em 2018, representando um aumento de 273%, em virtude da utilização dos créditos de prejuízos fiscais de suas controladas CEMAR e CELPA e AVP da Dívida RGR da controlada CEPISA no qual foi realizada a

mensuração do valor presente da Dívida RGR (custo de 5% a.a.), utilizando taxas médias de mercado de CDI + 6,675% a.a. para financiamentos com prazos de 30 anos, no qual resultou em um ajuste de R\$ 674,9 milhões na data de 18 de outubro de 2018.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$ 1.205 milhões em 2017 para R\$ 1.161 milhões em 2018, representando uma redução de 4%.

Comparação dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
Receita operacional líquida	9.071.420	100%	7.952.181	100%	14%
Custo do serviço de energia elétrica	(6.446.385)	-71%	(5.803.400)	-73%	11%
Lucro operacional bruto	2.625.035	29%	2.148.781	27%	22%
Despesas com vendas	(583.261)	-6%	(560.600)	-7%	4%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(570.260)	-6%	(328.599)	-4%	74%
Amortização do direito de concessão	(5.923)	0%	(6.373)	0%	-7%
Resultado da equivalência patrimonial	56.661	1%	26.893	0%	111%
Outras despesas/receitas operacionais	(111.920)	-1%	(101.165)	-1%	11%
Total de receitas (despesas) operacionais	(1.214.703)	-13%	(969.844)	-12%	25%
Lucro antes do resultado financeiro	1.410.332	16%	1.178.937	15%	20%
Resultado financeiro	(169.216)	-2%	(128.925)	-2%	31%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.241.116	14%	1.050.012	13%	18%
Imposto de renda e contribuição social	(36.033)	0%	(176.886)	-2%	-80%
Lucro líquido do período	1.205.083	13%	873.126	11%	38%
Atribuível aos acionistas não controladores	(207.820)	-2%	(160.909)	-2%	29%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	997.263	11%	712.217	9%	40%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$7.952 milhões em 2016 para R\$9.071 milhões em 2017, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo crescimento do consumo de energia dos mercados cativo e livre de suas controladas CEMAR e CELPA de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior bem como o aumento do número de clientes, de 5% no exercício atual e também dos reajustes tarifários de agosto de 2016 e 2017.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.803 milhões em 2016 para R\$6.446 milhões no mesmo período de 2017, representando um aumento de 11%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento das receitas de compra de energia das controladas CEMAR e CELPA no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este exercício ficou em R\$201,66 e R\$255,66 por MWh nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente; e (ii) contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo. As controladas CEMAR e CELPA utilizaram todos os mecanismos regulamentados para manter o nível de cobertura contratual dentro do limite regulatório, sobrecontratação até 105%.

Total de Receitas (Despesas) Operacionais

As Receitas (Despesas) Operacionais passaram de R\$970 milhões em 2016 para R\$1.215 milhões no mesmo período de 2017, representando um aumento de 25%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento dos custos com serviços de terceiros visto que a Companhia vem aumentando as ações de combate à inadimplência, além de ter aumentado a manutenção da rede de distribuição.

Resultado financeiro

A despesa financeira líquida da Companhia passou de R\$129 milhões em 2016 para R\$169 milhões em 2017, representando um aumento na despesa financeira líquida em 31% em virtude, principalmente, do efeito da variação cambial, gerado pelo aumento do dólar em 1,5%, saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017, contra uma queda do dólar em 2016 de 16,4%, saindo de R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.050 milhões em 2016 para R\$1.241 milhões em 2017, representando uma variação positiva de 18% em virtude, principalmente, do aumento da receita operacional de suas controladas CEMAR e CELPA, conforme mencionado acima.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$176,8 milhões em 2016 para R\$36 milhões em 2017, representando uma redução de 80%, em virtude da utilização dos créditos de prejuízos fiscais de suas controladas CEMAR e CELPA.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$712 milhões em 2016 para R\$997 milhões em 2017, representando um aumento de 40%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
Receita operacional líquida	7.825.601	100%	7.134.673	100%	10%

Custo do serviço de energia elétrica	(5.803.400)	-74%	(5.449.010)	-76%	7%
Lucro operacional bruto	2.022.201	26%	1.685.663	24%	20%
Despesas com vendas	(560.600)	-7%	(428.616)	-6%	31%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(328.599)	-4%	(327.091)	-5%	0%
Depreciação e amortização	-	0%	(45.829)	-1%	-100%
Amortização do direito de concessão	(6.373)	0%	(6.707)	0%	-5%
Resultado da equivalência patrimonial	26.893	0%	31.421	0%	-14%
Outras despesas/receitas operacionais	(101.165)	-1%	(215.327)	-3%	-53%
Total de receitas (despesas) operacionais	(969.844)	-12%	(992.149)	-14%	-2%
Lucro antes do resultado financeiro	1.052.357	13%	693.514	10%	52%
Resultado financeiro	(2.345)	0%	427.549	6%	-101%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.050.012	13%	1.121.063	16%	-6%
Imposto de renda e contribuição social	(176.886)	-2%	(161.215)	-2%	10%
Lucro líquido do período	873.126	11%	959.848	13%	-9%
Atribuível aos acionistas não controladores	(160.909)	-2%	(151.366)	-2%	6%
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora	712.217	9%	808.482	11%	-12%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$7.135 milhões em 2015 para R\$7.826 milhões em 2016, representando um aumento de 10%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado está em linha mediante o cenário econômico atual do país.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.449 milhões em 2015 para R\$5.803 milhões no mesmo período de 2016, representando um aumento de 6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento do custo de construção sendo este neutro para análise do resultado dos serviços uma vez que seu aumento é integralmente compensado por aumento na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro líquido da Companhia passou de R\$428 milhões em 2015 para uma despesa financeira líquida de R\$2 milhões em 2016, representando uma variação negativa de 101% em virtude do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial de R\$380 milhões da controlada CELPA realizado em 2015.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.121 milhões em 2015 para R\$1.050 milhões em 2016, representando uma redução de 6%.

Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R808 milhões em 2015 para R\$712 milhões em 2016, representando uma redução de 12%.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Consolidado				
	31/12/2018	% AV	31/12/2017	% AV	%A H
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.743.990	45,5%	4.172.474	55,7%	13,7%
Investimentos de curto prazo	-	0,0%	919	0,0%	100,0%
Contas a receber de clientes	2.716.267	26,1%	2.439.478	32,6%	11,3%
Contas a receber – bandeira tarifária	4.821	0,0%	8.763	0,1%	45,0%
Aquisição de combustível - conta CCC	63.380	0,6%	77.895	1,0%	18,6%
Serviços pedidos	308.627	3,0%	195.802	2,6%	57,6%
Partes relacionadas	6.598	0,1%	-	0,0%	100,0%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	464.505	4,5%	100.414	1,3%	100,0%
Depósitos judiciais	4.068	0,0%	15.245	0,2%	73,3%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	-	0,0%	N/A
Estoques	25.305	0,2%	15.934	0,2%	58,8%
Impostos e contribuições a recuperar	1.351.867	13,0%	117.137	1,6%	4,1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	130.067	1,2%	156.064	2,1%	-
					16,7%

					%
Outros créditos a receber	386.264	3,7 %	194.075	2,6 %	99,0 %
Ativo financeiro da concessão	<u>213.850</u>	2,1 %	<u>-</u>	0,0 %	100, 0%
	10.419.609	40, 8%	7.494.200	42, 9%	39,0 %
Não circulante					
Contas a receber de clientes	968.035	6,4 %	613.431	6,1 %	57,8 %
Aquisição de combustível - conta CCC	107.838	0,7 %	101.311	1,0 %	6,4 %
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	303.393	2,0 %	120.021	1,2 %	100, 0%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	9.056	0,1 %	8.466	0,1 %	7,0 %
Depósitos judiciais	148.206	1,0 %	141.566	1,4 %	4,7 %
Serviços pedidos	20.886	0,1 %	-	0,0 %	100, 0%
Instrumentos financeiros derivativos	142.451	0,9 %	48.720	0,5 %	192, 4%
					-
Impostos e contribuições a recuperar	124.646	0,8 %	130.747	1,3 %	4,7 %
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	47.394	0,3 %	45.561	0,5 %	4,0 %
					-
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	0,0 %	8.401	0,1 %	100, 0%
					-
Outros créditos a receber	26.527	0,2 %	187.836	1,9 %	85,9 %
Ativo financeiro da concessão	<u>5.097.669</u>	33, 7%	<u>3.224.622</u>	32, 3%	58,1 %
					-
Investimentos	118.530	0,8 %	422.063	4,2 %	71,9 %
Imobilizado	13.529	0,1 %	10.661	0,1 %	26,9 %
Adiantamento a fornecedor	249.925	1,7 %	-	0,0 %	100, %

		%		%	0%
		51,		49,	57,4
Intangível	<u>7.760.841</u>	3%	<u>4.930.846</u>	3%	%
		59,		57,	51,5
	15.138.926	2%	9.994.252	1%	%
		100		100	46,1
Total do ativo	<u>25.558.535</u>	,0%	<u>17.488.452</u>	%	%

	Consolidado				
	31/12/201	%	31/12/201	%	%A
	7	AV	7	AV	H
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	1.539.306	21,7%	1.185.038	29%	29,9%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	87.684	1,2%	40.071	1%	118,8%
Empréstimos e financiamentos	2.298.405	32,3%	984.578	24%	133,4%
Debêntures	506.582	7,1%	213.812	5%	136,9%
Impostos e contribuições a recolher	601.083	8,5%	476.712	12%	26,1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	41.303	0,6%	23.384	1%	76,6%
					-
Dividendos e JSCP	(1.172)	0,0%	263.976	6%	100,4%
Encargos do consumidor	55.268	0,8%	49.611	1%	11,4%
Contribuição de iluminação pública	46.562	0,7%	24.480	1%	90,2%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	121.472	1,7%	88.588	2%	37,1%
Participação nos lucros de empregados	84.292	1,2%	80.578	2%	4,6%
					-
Instrumentos financeiros derivativos	14.915	0,2%	19.946	0%	25,2%
Valores a pagar da recuperação	17.116	0,2%	8.544	0%	100%

judicial		%			3%
					-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	47.236	0,7 %	53.954	1%	12,5 %
		0,0			100,
Plano de aposentadoria e pensão	2.539	%	-	0%	0%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0,0 %	-	0%	N/A
		23,			14
Outras contas a pagar	<u>1.642.218</u>	1%	<u>561.075</u>	%	7%
		27,			23
	7.104.809	8%	4.074.347	%	74,4 %
Não circulante					
		0,1		0,0	100,
Fornecedores	13.719	%	-	%	0%
		37,		38,	53,1
Empréstimos e financiamentos	4.561.442	7%	2.978.665	9%	%
		34,		36,	49,3
Debêntures	4.170.885	5%	2.793.186	4%	%
					-
		0,3		0,5	0,3
Impostos e contribuições a recolher	38.131	%	38.236	%	%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	844.921	7,0 %	184.702	2,4 %	357, 5%
					133
		1,7		0,2	1,6
Impostos e contribuições a recolher diferidos	200.075	%	13.976	%	%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	976.825	8,1 %	425.089	5,5 %	129, 8%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	70.801	0,6 %	-	0,0 %	100, 0%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	218.622	1,8 %	156.374	2,0 %	39,8 %
					-
Valores a pagar da recuperação judicial	814.254	6,7 %	965.523	12, 6%	15,7 %
		0,4		0,6	1,2
Plano de aposentadoria e pensão	43.740	%	43.216	%	%
		0,0		0,0	
Instrumentos financeiros derivativos	-	%	-	%	N/A
Outras contas a pagar	130.269	1,1	67.034	0,9	94,3

	<u>12.083.684</u>	47, 3%	<u>7.666.001</u>	43, 8%	57,6 %
Patrimônio líquido					
Capital social	2.375.353	44, 2%	2.227.021	47 %	6,7 %
Reservas de capital	60.780	1,1 %	59.150	1%	2,8 %
Reservas de lucros	2.373.104	44, 2%	2.524.802	53 %	6,0 %
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.263)	- 0,4 %	(22.262)	0%	0,0 %
Outros resultados abrangentes	(2.255)	0,0 %	(2.626)	0%	- 14,1 %
Lucros acumulados	583.682	10, 9%	-	0%	100, 0%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	5.368.401	84, 3%	4.786.085	83 %	12,2 %
Participação dos acionistas não controladores	1.001.641	15, 7%	962.019	17 %	4,1 %
Total do patrimônio líquido	6.370.042	24, 9%	5.748.104	32, 9%	10,8 %
Total do passivo	<u>25.558.535</u>	100 ,0%	<u>17.488.452</u>	100 %	46,1 %

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 7.494 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 9.430 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 25,8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por:

Caixa e equivalentes de caixa

Pela captação dos recursos no montante de R\$ 185 milhões decorrentes da 1ª emissão de notas promissórias e de R\$ 185 milhões da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta SP07 e pela 1ª. Emissão de nota promissória, no montante de R\$ 405 milhões na controlada indireta SP08.

Investimento de Curto Prazo

Investimento de Curto Prazo, passou de R\$ 919 mil em 2017 para R\$ 0 em dezembro de 2018, representando variação negativa de 100% decorrente do resultado de adequação à política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de curto prazo, pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

Contas a receber de clientes, passou de R\$ 2.439 milhões em 2017 para R\$ 2.938 milhões em dezembro de 2018, representando variação positiva de 20,4%. Variação decorrente dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, que refletem a melhora na arrecadação, ocasionada pelo aumento das ações de cobrança e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas das controladas CEMAR e CELPA.

Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Variação decorrente do aumento dos custos em 2018 com o efeito disponibilidade e exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados. Acrescenta-se a variação do período, o efeito gerado pelas recontabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova – MCSD.

Ativo financeiro da concessão

Aumento de 100%, decorrente do saldo de aquisição da controlada INTESA.

Impostos e contribuições a recuperar

Impostos e contribuições a recuperar passou de R\$ 117 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 155 milhões representando um aumento de 32,7%. A variação é ocorreu principalmente pela publicação do Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário do STF, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da controlada CEMAR, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia Constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. A Companhia registrou R\$ 84.266 PIS/COFINS como dedução da receita bruta, e R\$ 111.806 incidente sobre a receita de atualização (Resultado Financeiro).

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 9.994 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 16.076 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 60,9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Contas a Receber de Clientes

Contas a receber de clientes passou de R\$ 613 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 968 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando variação positiva de 57,8% principalmente em decorrência de negociações dos débitos dos clientes inadimplentes da controladas CEMAR e CELPA com mais de cinco faturas, refletindo um aumento na conta de Parcelamento de Débitos.

Ativo financeiro da concessão

Ativo financeiro da concessão passou de R\$ 3.225 milhões em 31 de dezembro 2017 para R\$ 4.167 milhões em 31 dezembro de 2018, representando variação de 29,2% decorrennte principalmente dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA no exercício, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões e da infraestrutura em construção da concessão que corresponde ao direito estabelecido no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica das controladas indiretas SP01, SP02, SP03, SP04, SP05, SP06, SP07, SP08 e INTESA.

Ativos contratuais

Variação referente à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, onde os ativos contratuais (infraestrutura em construção) representados pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual.

Impostos e contribuições a recuperar

Variação de 906,8% decorrente principalmente da constituição de um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 756.449, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

Outros créditos a receber

Variação de 95,9% referente principalmente pelo adiantamento a fornecedores, representando decorrente das contratações de serviços diversos para construção do imobilizado em andamento das controladas indiretas Equatorial Transmissora SPE 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Intangível

O ativo intangível passou de R\$ 4.931 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.050 milhões em 31 de dezembro de 2018 decorrente de investimentos realizados pelas Controladas no exercício, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões de distribuição e transmissão de energia elétrica e pelo saldo de aquisição da controlada CEPISA em 31 de dezembro de 2018.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 4.074 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.442 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 26,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Fornecedores

Fornecedores passou de R\$ 1.185 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.539 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando variação positiva 29,9% decorrente, principalmente pelas contratações de serviços diversos para construção do imobilizado em andamento das controladas indiretas Equatorial Transmissora SPE 2, 3, 5, 6, 7, 8 e pela contratação de serviços oriundos, principalmente, da alteração de controle acionário da controlada CEPISA para a Equatorial Energia S.A, como consultoria, honorários advocatícios, indenizações, hospedagem, alimentação, entre outros.

Empréstimos e financiamentos e Debêntures

Empréstimos e financiamentos passou de R\$ 985 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.298 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando variação positiva de 133,4% e de debêntures que passou de R\$ 214 milhões para R\$ 505 milhões gerando variação positiva de 136,4% decorrente da

captação de recursos no montante de R\$ 185 milhões decorrentes da 1ª emissão de notas promissórias e de R\$ 185 milhões da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta SP07, pela 1ª. Emissão de nota promissória, no montante de R\$ 405 milhões na controlada indireta SP08 e R\$ 825 milhões referente à 2ª. emissão de nota promissória e R\$ 448 milhões referente a 3ª emissão de debêntures da Controladora Equatorial Energia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 7.666 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 12.511 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 63,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos passou de R\$ 2.979 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.561 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando variação positiva de 53,1% decorrente principalmente da emissão de notas promissórias nas controladas indiretas SPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 que se destinam à gestão ordinária dessas controladas, com o objetivo de cobrir a necessidade de capital de giro.

Debêntures

Debêntures passou de R\$ 2.793 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.171 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma variação positiva de 49,3% decorrente de captações nas controladas indiretas SPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 terceira emissão de debêntures no montante total de R\$ 448 milhões da controladora Equatorial Energia.

Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias

Variação positiva de 79,5% passando de R\$ 425 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 763 milhões em 31 de dezembro de 2018. Variação decorrente principalmente da consolidação do saldo de aquisição da controlada CEPISA em 31 de dezembro de 2018.

PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Variação de 100% referente ao acórdão do julgamento publicado pelo Supremo Tribunal Federal - STF do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas CEMAR e CEPISA que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu passivo considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os

efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito, em uma expectativa de prazo de aproximadamente 46 meses.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 5.748 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.553 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 14%. Referida variação ocorreu, principalmente: (i) pela integralização de capital no montante de R\$ 148 milhões, o qual passou de R\$ 2.227 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.375 milhões em 31 de dezembro de 2018; e (ii) principalmente, pela constituição da reserva de lucros o qual passou de R\$ 2.525 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.210 em 31 de dezembro de 2018.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	<u>31/12/2017</u>	%AV	<u>31/12/2016</u>	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.172.474	23,9%	920.784	6,5%	353,1%
Investimentos de curto prazo	919	0,0%	2.137.135	15,0%	-100,0%
Contas a receber de clientes	2.439.478	13,9%	2.292.104	16,1%	6,4%
Contas a receber – bandeira tarifária	8.763	0,1%	3.947	0,0%	122,0%
Aquisição de combustível - conta CCC	77.895	0,4%	64.738	0,5%	20,3%
Serviços pedidos	195.802	1,1%	133.605	0,9%	46,6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	100.414	0,6%	-	0,0%	N/A
Depósitos judiciais	15.245	0,1%	31.839	0,2%	-52,1%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	1.242	0,0%	-100,0%
Estoques	15.934	0,1%	19.987	0,1%	-20,3%
Impostos e contribuições a recuperar	117.137	0,7%	105.000	0,7%	11,6%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	156.064	0,9%	127.909	0,9%	22,0%
Outros créditos a receber	194.075	1,1%	89.242	0,6%	117,5%
	7.494.200	42,9%	5.927.532	41,7%	26,4%
Não circulante					

Contas a receber de clientes	613.431	3,5%	372.004	2,6%	64,9%
Aquisição de combustível - conta CCC	101.311	0,6%	93.306	0,7%	8,6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	120.021	0,7%	-	0,0%	100,0%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	8.466	0,0%	65.284	0,5%	-87,0%
Depósitos judiciais	141.566	0,8%	165.018	1,2%	-14,2%
Instrumentos financeiros derivativos	48.720	0,3%	-	0,0%	N/A
Impostos e contribuições a recuperar	130.747	0,7%	130.636	0,9%	0,1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	45.561	0,3%	42.833	0,3%	6,4%
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	8.401	0,0%	-	0,0%	N/A
Outros créditos a receber	187.836	1,1%	66.965	0,5%	180,5%
Ativo financeiro da concessão	3.224.622	18,4%	2.602.224	18,3%	23,9%
Investimentos	422.063	2,4%	96.322	0,7%	338,2%
Imobilizado	10.661	0,1%	8.755	0,1%	21,8%
Intangível	4.930.846	28,2%	4.648.641	32,7%	6,1%
	9.994.252	57,1%	8.291.988	58,3%	20,5%
Total do ativo	17.488.452	100,0%	14.219.520	100%	23,0%

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	1.185.038	6,8%	943.283	7%	25,6%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	40.071	0,2%	33.330	0%	20,2%
Empréstimos e financiamentos	984.578	5,6%	868.211	6%	13,4%
Debêntures	213.812	1,2%	118.740	1%	80,1%
Impostos e contribuições a recolher	476.712	2,7%	357.041	3%	33,5%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	23.384	0,1%	9.306	0%	151,3%
Dividendos e juros sobre capital próprio	263.976	1,5%	195.911	1%	34,7%
Encargos do consumidor	49.611	0,3%	28.748	0,2%	72,6%
Contribuição de iluminação pública	24.480	0,1%	42.101	0%	-41,9%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	88.588	0,5%	69.029	0,5%	28,3%
Participação nos lucros de empregados	80.578	0,5%	76.559	0,5%	5,2%
Instrumentos financeiros derivativos	19.946	0,1%	-	0%	N/A
Valores a pagar da recuperação judicial	8.544	0,0%	96.409	0,7%	-91,1%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	53.954	0,3%	86.222	0,6%	-37,4%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	71.524	1%	-100,0%
Outras contas a pagar	561.075	3,2%	419.891	3,0%	33,6%
	4.074.347	23,3%	3.416.305	24%	19,3%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.978.665	17,0%	2.217.653	15,6%	34,3%
Debêntures	2.793.186	16,0%	1.629.727	11%	71,4%
Impostos e contribuições a recolher	38.236	0,2%	37.316	0,3%	2,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	184.702	1,1%	238.395	2%	-22,5%
Impostos e contribuições a recolher diferidos	13.976	0,1%	-	0%	N/A
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	425.089	2,4%	455.527	3,2%	-6,7%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	1.501	0%	-100,0%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	156.374	0,9%	153.334	1%	2,0%
Valores a pagar da recuperação judicial	965.523	5,5%	912.337	6,4%	5,8%
Plano de aposentadoria e pensão	43.216	0,2%	38.412	0,3%	12,5%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	31.278	0%	-100,0%
Outras contas a pagar	67.034	0,4%	216.048	2%	-69,0%

	7.666.001	43,8%	5.931.528	42%	29,2%
Patrimônio líquido					
Capital social	2.227.021	12,7%	1.981.985	14%	12,4%
Reservas de capital	59.150	0,3%	54.959	0,4%	7,6%
Reservas de lucros	2.524.802	14,4%	2.009.845	14%	25,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	-0,1%	(22.262)	-0,2%	0,0%
Outros resultados abrangentes	(2.626)	0,0%	(529)	0%	396,4%
		0,0%	-	0%	N/A
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.786.085	27,4%	4.023.998	28%	18,9%
Participação dos acionistas não controladores	962.019	5,5%	847.689	6%	13,5%
Total do patrimônio líquido	5.748.104	32,9%	4.871.687	34,3%	18,0%
Total do passivo	17.488.452	100,0%	14.219.520	100%	23,0%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.927 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$7.494 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 26,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por:

Caixa e equivalentes de caixa

Pela captação dos recursos no montante de R\$1.000 milhões decorrentes da 8ª emissão de debêntures no valor de R\$500 milhões e pela 1ª emissão de notas promissórias de R\$500 milhões ambas na controlada CEMAR.

Investimento de Curto Prazo

Investimento de Curto Prazo, passou de R\$2.137 milhões em 2016 para R\$919 milhões em dezembro de 2017, representando variação negativa de 100% decorrente do resultado de adequação à política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de curto prazo, pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia.

Contas a Receber de Clientes

Contas a receber de clientes, passou de R\$2.292 milhões em 2016 para R\$2.439 milhões em dezembro de 2017, representando variação positiva de 6,4%, dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, referem-se respectivamente, a melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança; e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas das controladas CEMAR e CELPA.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$9.994 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 20,5%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Contas a Receber de Clientes

Contas a receber de clientes passou de R\$372 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$613 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva de 64,9% principalmente em decorrência de negociações dos débitos dos clientes inadimplentes da controlada CELPA com mais de cinco faturas, refletindo um aumento na conta de Parcelamento de Débitos.

Ativo financeiro da concessão

Ativo financeiro da concessão passou de R\$2.602 milhões em 31 de dezembro 2016 para R\$3.225 milhões em 31 dezembro de 2017, representando variação de 23,9% decorrente de investimentos realizados pela Companhia no exercício, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões.

Investimento

O investimento passou de R\$96 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$422 milhões em 31 de dezembro de 2017 decorrente de aquisição da participação em 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA no valor de R\$287 milhões, bem como no aumento de capital das Transmissoras SPEs e Equatorial Transmissão no montante de R\$204 milhões.

Intangível

O ativo intangível passou de R\$4.649 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.931 milhões em 31 de dezembro de 2017 decorrente de investimentos realizados pela Companhia no exercício, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.074 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 19,3%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Fornecedores

Fornecedores passou de R\$943 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.185 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva 25,6% decorrente, principalmente, pelo aumento do preço médio das despesas com compra de energia devido ao reajuste dos contratos de CCEAR celebrados com os geradores, assim como com o pagamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova. As despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências em virtude do PLD médio de 2017, que foi liquidado no valor médio de R\$ 201,66 e R\$ 255,66, sendo em 2016 o PLD médio praticado de R\$ 82,75 e R\$102,85 nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente. Outro fator relevante que elevou a despesa no suprimento de energia elétrica foi o pagamento referente ao risco hidrológico, que a geração realizada média para 2017 de 79,3%, sendo a diferença valorada para 95% da garantia física até agosto e 90% da garantia física valorada o ao PLD médio. Em 2016 a geração realizada média foi de 87%.

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos passou de R\$868 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$985 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva de 13,4% decorrente de encurtamento no perfil de vencimento dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio passou de R\$196 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$264 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva 34,7% decorrente do aumento no valor anunciado pela Companhia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$9.666 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 29,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos passou de R\$2.218 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.979 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva de 34,3% decorrente da 1ª emissão de notas promissórias de R\$500 milhões da controlada CEMAR.

Debêntures

Debêntures passou de R\$1.630 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.793 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação positiva de 71,4% decorrente de captações da controlada CEMAR da 8ª emissão de debêntures em R\$500 milhões bem como a 2ª emissão de debêntures da Companhia.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.872 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5.748 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 18%. Referida variação ocorreu, principalmente: (i) pela integralização de capital no montante de R\$246 milhões, o qual passou de R\$1.981 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.227 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação positiva de 12,4%; e (ii) principalmente, pela constituição da reserva de lucros o qual passou de R\$2.010 em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.525 em 31 de dezembro de 2017.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	<u>31/12/2016</u>	<u>%AV</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>%AV</u>	<u>%AH</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	920.784	6%	397.866	3%	131%
Investimentos de curto prazo	2.137.135	15%	2.083.474	17%	3%
Contas a receber de clientes	2.292.104	16%	1.977.709	16%	16%
Contas a receber – bandeira tarifária	3.947	0%	5.542	0%	-29%
Aquisição de combustível - conta CCC	64.738	0%	221.298	2%	-71%
Serviços pedidos	133.605	1%	112.580	1%	19%
Depósitos judiciais	31.839	0%	25.277	0%	26%

Instrumentos financeiros derivativos	1.242	0%	52.826	0%	-98%
Estoques	19.987	0%	11.430	0%	75%
Impostos e contribuições a recuperar	105.000	1%	94.874	1%	11%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	127.909	1%	116.783	1%	10%
Outros créditos a receber	89.242	1%	58.692	0%	52%
	5.927.532	42%	5.158.351	41%	15%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	372.004	3%	277.587	2%	34%
Aquisição de combustível - conta CCC	93.306	1%	-	0%	N/A
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.284	0%	65.824	1%	-1%
Depósitos judiciais	165.018	1%	150.527	1%	10%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	273.803	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	130.636	1%	88.233	1%	48%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	42.833	0%	39.661	0%	8%
Outros créditos a receber	66.965	0%	86.132	1%	-22%
Ativo financeiro da concessão	2.602.224	18%	2.228.931	18%	17%
Investimentos	96.322	1%	88.646	1%	9%
Imobilizado	8.755	0%	3.552	0%	146%
Intangível	4.648.641	33%	4.124.640	33%	13%
	8.291.988	58%	7.427.536	59%	12%
Total do ativo	14.219.520	100%	12.585.887	100%	13%

Consolidado

Em milhares de R\$, exceto %

Passivo

Circulante

	<u>31/12/2016</u>	<u>%AV</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>%AV</u>	<u>%AH</u>
Fornecedores	943.283	7%	934.780	7%	1%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.330	0%	33.994	0%	-2%
Empréstimos e financiamentos	868.211	6%	805.387	6%	8%
Debêntures	118.740	1%	47.303	0%	151%
Impostos e contribuições a recolher	357.041	3%	312.421	2%	14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	9.306	0%	18.238	0%	-49%
Dividendos e JSCP	195.911	1%	217.998	2%	-10%
Encargos do consumidor	28.748	0%	43.495	0%	-34%
Contribuição de iluminação pública	42.101	0%	17.433	0%	142%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	69.029	0%	75.088	1%	-8%

Participação nos lucros de empregados	76.559	1%	65.384	1%	17%
Valores a pagar da recuperação judicial	96.409	1%	91.446	1%	5%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	86.222	1%	134.950	1%	-36%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	71.524	1%	49.561	0%	44%
Outras contas a pagar	419.891	3%	283.994	2%	48%
	3.416.305	24%	3.131.472	25%	9%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	2.217.653	16%	2.587.266	21%	-14%
Debêntures	1.629.727	11%	495.182	4%	229%
Impostos e contribuições a recolher	37.316	0%	50.709	0%	-26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.395	2%	142.502	1%	67%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	455.527	3%	469.996	4%	-3%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	1.501	0%	16.978	0%	-91%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	153.334	1%	128.527	1%	19%
Valores a pagar da recuperação judicial	912.337	6%	995.599	8%	-8%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0%	36.718	0%	5%
Instrumentos financeiros derivativos	31.278	0%	-	0%	
Outras contas a pagar	216.048	2%	301.699	2%	-28%
	5.931.528	42%	5.225.176	42%	14%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.981.985	14%	1.980.214	16%	0%
Reservas de capital	54.959	0%	44.909	0%	22%
Reservas de lucros	2.009.845	14%	1.472.341	12%	37%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	(529)	0%	4.050	0%	-113%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.023.998	28%	3.479.252	28%	16%
Participação dos acionistas não controladores	847.689	6%	749.987	6%	13%
Total do patrimônio líquido	4.871.687	34%	4.229.239	34%	15%
Total do passivo	14.219.520	100%	12.585.887	100%	13%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.928 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

Caixa e equivalentes de caixa

Aumento no Caixa e equivalentes de caixa de R\$398 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$921 milhões em 31 de dezembro de 2016 principalmente impactada pela controlada CELPA, a qual realizou captação de recursos no montante de R\$960 milhões referente à emissão das Debêntures e amortizações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$295 milhões.

Contas a Receber de Clientes

Aumento no Contar a Receber de Clientes de R\$1.978 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.292 milhões em 31 de dezembro de 2016 em virtude principalmente da variação no contas a receber de sua controla CELPA, no montante de R\$208 milhões, por consequência das ações de combate às perdas de energia, que, no momento que regulariza uma ligação, fatura parte do montante perdido em períodos anteriores à regularização, o que provoca um prazo médio maior de recebimento e, do alongamento no perfil de recebíveis da Companhia.

Aquisição de combustível - conta CCC

O saldo de Aquisição de combustível - conta CCC passou de R\$221 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$65 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente da redução na operação do sistema isolado, reduzindo a necessidade de aquisição de combustível.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Contas a receber de clientes

Aumento no Contar a Receber de Clientes de R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$372 milhões em 31 de dezembro de 2016 decorrente do alongamento no perfil de recebíveis da Companhia, com maior volume de parcelamentos realizados pelos clientes.

Aquisição de combustível - conta CCC

O saldo de Aquisição de combustível - conta CCC passou de R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$93 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de alongamento no perfil de recebimento do reembolso de combustíveis para operação do sistema isolado.

Ativo financeiro da concessão

Aumento no Ativo financeiro de concessão de R\$2.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.602 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente das controladas CEMAR e CELPA, em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Intangível

Aumento no Intangível de R\$4.125 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.649 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente das controladas CEMAR e CELPA, em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos passou de R\$274 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando uma redução de R\$274 milhões, utilizados para neutralizar variações cambiais em dívidas denominadas em moeda estrangeira. Tal queda é decorrente da variação cambial no período.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$805 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$868 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de aumento no endividamento bruto da Companhia no período, para fazer frente ao crescimento da sua necessidade de capital de giro.

Debêntures

O saldo de debêntures passou de R\$47 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$47 milhões no exercício de 2016, decorrente da Emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA, as quais se destinaram prioritariamente para aumento do capital de giro.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar passou de R\$284 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$420 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$136 milhões no exercício de 2016, pelo acúmulo de passivo de questionamentos tributários – CCC de R\$165 milhões.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$2.587 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.218 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de aumento no endividamento bruto da Companhia, para fazer frente à sua maior necessidade de capital de giro, assim como investimentos realizados em seus ativos financeiros e intangível.

Debêntures

Aumento de Debêntures de R\$495 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.630 milhões em 31 de dezembro de 2016 decorrente de Emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA que se destinou prioritariamente para aumento do capital de giro das mesmas.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos passou de R\$143 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$238 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$96 milhões no exercício de 2016, em virtude do aumento no valor de diferenças temporárias do período.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.872 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas de lucro e de capital (de R\$1.517 milhões para R\$2.065 milhões), em virtude do lucro líquido não distribuído como dividendos no exercício.

Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.839.009	1.057.111	74%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(2.384.019)	628.673	-167%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	1.116.526	1.565.906	161%

Atividades Operacionais

Ajustes não caixa

Variação decorrentes nas controladas CEMAR e CEPISA referente a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS com efeito no resultado do exercício no montante de R\$ 187.379

Na controlada CEPISA houve o cálculo do ajuste a valor presente da dívida RGR (custo de 5% a.a.), utilizando taxas médias de mercado de CDI + 6,675% a.a. para financiamentos com prazos de 30 anos, resultou em um ajuste de R\$ 675 milhões no exercício.

Aumento na Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios decorrente da atualização das provisões para contingências no montante de R\$ 241.662, decorrente principalmente da controlada CEPISA no valor de R\$ 199.398, a alteração no cálculo da atualização destas provisões foi decorrente da mudança de práticas contábeis devido à alteração de controle acionário para a Equatorial Energia S.A.:

Variações ativos e passivos

Aquisição de combustível - conta CCC

A principal variação decorreu da controlada CELPA que detém, em 31 de dezembro de 2018, créditos junto à CCC no montante de R\$ 171.218 (R\$ 179.206 em 31 de dezembro de 2017). Os valores, classificados como circulante, estão sendo recebidos dentro dos prazos estabelecidos, todavia os do não circulante aguardam o encerramento da fiscalização da ANEEL, iniciada através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

Fornecedores

Em fornecedores a variação é decorrente principalmente pelas contratações de serviços diversos para construção do imobilizado em andamento das controladas indiretas Equatorial Transmissora SPE 2, 3, 5, 6, 7, 8 e pela contratação de serviços oriundos, principalmente, da alteração de controle acionário da controlada CEPISA para a Equatorial Energia S.A, como consultoria, honorários advocatícios, indenizações, hospedagem, alimentação, entre outros.

Atividades de Investimento

Principal variação relativa a adoção dos ativos contratuais conforme determina o CPC o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, onde os ativos contratuais (infraestrutura em construção) representados pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria.

Atividades de Financiamento

Variação decorrente principalmente: (i) da antecipação da liquidação de dívidas das controladas, aumento nos dividendos pagos no exercício e aumento na captação de recursos no montante de R\$ 185 milhões decorrentes da 1ª emissão de notas promissórias e de R\$ 185 milhões da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta SP07, pela 1ª. Emissão de nota promissória, no montante de R\$ 405 milhões na controlada indireta SP08 e R\$ 825 milhões referente à 2ª. emissão de nota promissória e R\$ 448 milhões referente a 3ª emissão de debêntures da Controladora Equatorial Energia. (ii) Em 2016, a Companhia possuía R\$ 2.137.135 em fundos de investimentos, os quais, durante o exercício foram resgatadas e aplicados em caixas e equivalentes a caixa, restando o saldo, em 2017, no montante de R\$ 919. No exercício de 2018, ocorreram aplicações em fundos, em montante bem inferior no valor de R\$ 37.655. Desta forma, a variação relevante no grupo de investimento deve-se ao resgates de aplicações efetuados no exercício de 2017.

Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado		Variação
	31/12/2017	31/12/2016	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.057.111	867.699	22%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	628.673	(944.426)	-167%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	1.565.906	599.645	161%

Atividades Operacionais

Ajustes não caixa

Aumento nas variações monetárias em decorrência do aumento do dólar em 1,5% nos encargos da dívida em virtude das novas captações realizadas no período, variando de R\$156 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$491 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Redução dos rendimentos sobre aplicações financeiras em virtude do resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa.

Variações ativos e passivos

Aquisição de combustível - conta CCC

A principal variação decorreu da controlada CELPA que detém, em 31 de dezembro de 2017, créditos junto à CCC no montante de R\$ 179.206 (R\$ 158.044 em 31 de dezembro de 2016). Os valores, classificados como circulante, estão sendo recebidos dentro dos prazos estabelecidos, todavia os do não circulante aguardam o encerramento da fiscalização da ANEEL, iniciada através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

Fornecedores

A principal variação decorreu das despesas com compra de energia em 2017 que tiveram um preço médio maior que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 devido ao reajuste dos contratos de CCEAR celebrados com os geradores, assim como com o pagamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova. As despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências em virtude do PLD médio de 2017, que foi liquidado no valor médio de R\$ 201,66 e R\$ 255,66, sendo em 2016 o PLD médio praticado de R\$ 82,75 e R\$102,85 nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente. Outro fator relevante que elevou a despesa no suprimento de energia elétrica foi o pagamento referente ao risco hidrológico, que a geração realizada média para 2017 de 79,3%, sendo a diferença valorada para 95% da garantia física até agosto e 90% da garantia física valorada o ao PLD médio. Em 2016 a geração realizada média foi de 87%.

Atividades de Investimento

Ativo financeiro da concessão - Transmissoras

Principal variação relativa às constituições dos ativos financeiros da concessão das Transmissoras, no montante de R\$151 milhões.

Investimentos

A variação decorre de aquisição da participação em 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA.

Atividades de Financiamento

Aumento na captação de recursos tendo como principais a emissão da 2ª debêntures da Companhia bem como a 1ª emissão de nota promissória tanto da Companhia quanto da controlada CEMAR.

Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Consolidado

Em milhares de R\$, exceto %	2016	2015	Varição
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	612.282	197.712	-48%
Fluxo de caixa líquido aplicado (utilizado nas) atividades de investimento	(689.009)	(963.587)	-26%
Fluxo de caixa líquido aplicado (utilizado nas) atividades de financiamento	599.645	(116.357)	-615%

Atividades Operacionais

Ajustes não caixa:

Redução nos encargos da dívida, variações monetárias líquidas e nos instrumentos financeiros derivativos em virtude principalmente da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao mesmo período de 2015.

Outro fator ocorrido apenas em 2015 foi o ajuste a valor presente no montante de R\$395.292 na controlada CELPA que passou a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial.

Houve ainda a redução na linha de Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros nas controladas CEMAR e CELPA em decorrência do reajuste tarifário anual.

Atividades de Investimento

A variação principal é resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (fundos de investimentos) para equivalente de caixa (CDB).

Atividades de Financiamento

Aumento na captação de recursos tendo como principais as emissões das debêntures da controlada CELPA no montante de 960.000 bem como a 7ª emissão da controlada CEMAR no montante de R\$270.000.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da CEMAR, CELPA e CEPISA.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Perdas de Energia

As distribuidoras CEMAR, CELPA e CEPISA sujeitam-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Incentivos Fiscais

Depreciação Acelerada

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2018, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as

microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

Na CELPA tal incentivo foi obtido através da declaração 013/2013, emitida pela SUDAM, em 20 de dezembro de 2013. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou 141 Municípios do Estado do Pará como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas. Dessa forma, a CELPA vem utilizando o incentivo para todos os 141 elencados nessa portaria.

Isenção de 75% do Imposto de Renda

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2021.

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Suspensão do PIS e da COFINS

Em 16 de abril de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Ato Declaratório Executivo nº 14 de 1º de abril de 2015 homologando à CELPA o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, permitindo a suspensão do PIS e da COFINS na aquisição de mercadorias e serviços destinados ao ativo imobilizado pelo período de 5 anos.

Em 04 de agosto de 2017 houve a publicação no DOU dos Atos Declaratórios da Receita Federal que homologaram às Equatoriais Transmissoras SPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, permitindo a suspensão do PIS e da COFINS na aquisição de mercadorias e serviços destinados ao ativo imobilizado pelo período de 5 anos, a encerrar em 03 de agosto de 2022.

A Equatorial Transmissora 8 SPE SA teve o benefício homologado por meio do Despacho Decisório nº 358, de 19 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 22 de setembro de 2017, tendo sua vigência garantida por 5 anos a contar da data de publicação do Ato Declaratório Executivo correspondente no DOU:

SPE	Ato Declaratório Executivo
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	ADE DRF/BSB nº 59, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 2 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 56, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 3 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 58, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 4 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 64, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 5 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 60, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 6 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 61, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 7 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 57, de 01 de agosto de 2017

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos "não-gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O Contrato de Concessão CELPA de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.
- Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela "A" e a inflação (IGP-M) da Parcela "B" decrescido ou acrescido do Fator "X" (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

I. CEMAR:

A receita operacional líquida da CEMAR, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingiu R\$ 3.796 milhões, crescimento de 13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao final de agosto de 2018, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 16,94%. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2018 a 27 de agosto de 2019.

A receita operacional líquida da CEMAR, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$3.130 milhões, crescimento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao final de agosto de 2017, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 12,88%. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2017 a 27 de agosto de 2018.

A receita operacional líquida da CEMAR no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$3.065 milhões, com aumento de 12%, se comparado com R\$2.739 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Ao final de agosto de 2015, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 18,42%, sendo 12,40% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,03% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2015 a 27 de agosto de 2016.

Ao final de agosto de 2014, a Emissora passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 24,12%, sendo 19,02% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,10% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

II. CELPA:

A receita operacional líquida da CELPA, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$ 5.492 milhões, crescimento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em agosto de 2018, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 11,75%. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2018 a 06 de agosto de 2019.

A receita operacional líquida da CELPA, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$5.151 milhões, crescimento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em agosto de 2017, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 7,19%. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2017 a 06 de agosto de 2018.

A receita operacional líquida da CELPA no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$4.513 milhões, com aumento de 8%, se comparado com a receita operacional de R\$4.187 milhões de 2015. O crescimento no volume de energia vendida foi de 3,4%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida somou R\$4.187 milhões, crescimento de 5,0%, comparado ao exercício social de 31 de dezembro de 2014 que apresentou receita operacional líquida de R\$3.987 milhões.

Em agosto de 2015, a CELPA passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 7,47%, sendo 12,08% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -4,61% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 07 de agosto 2015 a 06 de agosto de 2016.

Em agosto de 2014, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 35,93%, sendo 26,14% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 9,79% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indexadores presentes no plano de negócios do Emissor são o IGP-M, TJLP, CDI e IPCA:

- IGP-M: A companhia possui 2,67% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- TJLP: A Companhia possui 14,4% de seu endividamento atrelado a TJLP.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da CEMAR e CELPA. A Equatorial possui 22,15% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 22,29% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- SELIC: A Companhia possui 10,86% de seu endividamento atrelado à SELIC.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 19 de dezembro de 2017 o Grupo concluiu a aquisição da participação de 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA para a Equatorial Energia, ficando o capital social distribuído da seguinte forma: Equatorial Energia S.A. (51%), Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (37%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (12%). A data base utilizada no contrato de compra e venda foi 31 de dezembro de 2016, onde a INTESA apresentou um patrimônio no montante de R\$ 403.286.

No exercício de 2017 a INTESA gerou um lucro de R\$ 58.394 e um patrimônio ajustado de R\$ 450.795. Para a aquisição do investimento, a Companhia pagou um montante de R\$ 261.078, mediante transferência bancária no qual gerou um investimento de R\$ 205.676, ágio de R\$ 81.156 e um resultado via equivalência patrimonial de R\$ 24.229, líquido de dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 5.552. A Companhia entende que o ágio é justificado pela rentabilidade futura da INTESA e estima concluir a mensuração para a alocação final do preço de compra até 19 de dezembro de 2018.

Em 26 de julho de 2018, a Equatorial Energia S.A. ("Controladora") sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Companhia Energética do Piauí - CEPISA. A Controladora ofertou no Leilão o índice 119,00, o qual foi o maior índice combinado de deságio na flexibilização regulatória e outorga. Desde que verificadas as condicionantes previstas no Edital, na data do fechamento, a Controladora adquiriu aproximadamente 89,94% do capital social total e votante da Companhia, em contrapartida ao pagamento de R\$ 45.521,52 (quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos) à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"). Além da compra da participação acionária, a Controladora também celebrou acordo de acionistas com a Eletrobras e contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) com a União ("Operação"). Adicionalmente, de acordo com os termos do edital, a Controladora deverá adquirir eventuais sobras das 74.790.616 ações ordinárias e 3.582.784 ações preferenciais da Companhia, representativas de aproximadamente 10,06%, que serão ofertadas aos empregados e aposentados da CEPISA até a data de 26 de janeiro de 2019. A Controladora aportou cerca de R\$ 720.000 na Companhia, conforme acordo de acionistas. Além disso, será assegurado à Eletrobras o direito de, dentro de 6 meses a contar da data de liquidação da operação, realizar um aumento de capital de forma a aumentar a sua participação societária em até 30% no capital social total da Companhia. Em 17 de outubro de 2018, a Equatorial Energia S.A. assumiu oficialmente o controle da distribuidora de energia do Piauí, CEPISA.

c) eventos ou operações não usuais

Vide item 10.3 b) acima.

10.4. – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2018

A Diretoria aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 , com o resultado da adoção desse CPC, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que as reduções ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentadas em linha separada na demonstração do resultado.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Com o resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que as reduções ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentadas em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas.

2017

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de

“Receita Financeira”, no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

2016

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A seguir estão listadas apenas as estimativas determinadas pela Administração da Equatorial como mais importantes com base em seu julgamento e na probabilidade de impacto relevante, caso outras estimativas fossem utilizadas em seu lugar. Há outras estimativas e julgamentos que são efetuados, porém para o impacto da alteração ou substituição destas não são esperadas alterações relevantes para as demonstrações financeiras da Equatorial.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

As políticas contábeis que podem ter impacto relevante, estão descritas a seguir:

Registro das operações de fornecimento de energia elétrica

As receitas das operações nas controladas da Companhia (CEMAR e CELPA) são oriundas do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas ao serviço, sendo mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia.

Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações, bem como a alta dependência dos sistemas de tecnologia envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia consideramos esse assunto significativo.

Ativos financeiros da concessão

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro da concessão para as controladas da Companhia (CEMAR e CELPA), por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão, amortizáveis até o prazo final da concessão são reconhecidos como ativo intangível pelas controladas.

Decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, existe o risco de que a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível apresente distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pelas controladas. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado conforme orientações do Órgão Regulador.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Devido à relevância, complexidade e julgamento utilizados para a mensuração do ativo financeiro da concessão, a Administração da Companhia avalia esta política contábil como crítica.

Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como ré em ações de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas. A Companhia exerce julgamento relevante na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisão para contingências, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a expectativa de perda é considerada como possível e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação, portanto, há um julgamento que envolve a mensuração do passivo, onde um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou no agregado, pode ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Considerando à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que pode impactar o valor e divulgações desses passivos nas demonstrações financeiras avaliamos esta política contábil como crítica.

Plano de recuperação judicial (CELPA)

A controlada CELPA ajuizou pedido de recuperação judicial em 2012, com a finalidade de permitir a continuidade da sua atividade econômica. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores. Em dezembro de 2014 o juiz da 13ª. Vara Cível e Empresarial de Belém/PA decretou por encerrada a recuperação judicial da CELPA, com base no que dispõem os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público. Porém a referida decisão não transitou em julgado, tendo em vista a interposição de Recursos que ainda restam pendentes de julgamento pelo Tribunal de Justiça. O plano de recuperação judicial possui efeito legal e as obrigações nele estabelecidas devem ser atendidas pela CELPA e por todos os seus credores. A liquidação da dívida da CELPA deve ser plenamente atendida em função de potenciais sanções dos órgãos reguladores, com prazo previsto para encerramento em 2034.

Considerando a complexidade das condições legais do plano de recuperação judicial e ao alongamento das dívidas da CELPA, a relevância dos impactos e divulgações nas demonstrações financeiras e aos julgamentos envolvidos, a Administração da Companhia determina esta política contábil como crítica.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

b) Natureza e o propósito da operação

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

10.8. Plano de negócios

a) Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia não adota a prática de divulgar quaisquer projeções.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

I. CEMAR:

A CEMAR financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, da International Finance Corporation - IFC e/ou de demais instrumentos de captação dos mercado de capitais e de crédito bancário, tais como debêntures, notas promissórias e outros títulos de dívida que possuam taxas e prazos adequados.

Os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

II. CELPA:

A CELPA financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Banco da Amazônia e/ou de demais instrumentos de captação dos mercado de capitais e de crédito bancário, tais como debêntures, notas promissórias e outros títulos que possuam taxas e prazos adequados.

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da Caixa Econômica Federal.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Emissora

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II
ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)
Destinação do lucro líquido

(Valores apresentados em R\$ Mil, exceto quando indicado de maneira diferente)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R. R\$ 917.935 mil

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R. Dividendos propostos: R\$ 191.484 mil
Valor dos dividendos por ação: R\$ 0,95

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

R. 25%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R. Não há

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Tipo de Ação	Dividendos	Quantidade	Valor Global	Valor por ação
Ordinárias		201.562	191.484	0,95

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

R. Serão pagos até 31 de dezembro de 2019 em data a ser definida futuramente pela Administração da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

R. Não há.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

R. Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R. Não houve

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

R. Não houve

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2018	2017	2016
Lucro do Exercício	917.935	997.263	712.217
Lucro por ação (R\$)	4,61	5,02	3,58
Quantidade média ponderada de ações	198.743	198.743	198.645

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R.

Valor por Ação (lote de unidades de reais)

Deliberação	Proventos	Valor	ON
<u>2018</u>			
Reunião de Conselho de Administração em 29 de março de 2019	Dividendos	191.485	0,95
<u>2017</u>			
Reunião do Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2017	Juros sobre capital próprio (bruto)	21.862	0,11
Reunião de Conselho de Administração em 08 de março de 2018	Dividendos	218.823	1,10
<u>2016</u>			
Reunião do Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2016	Juros sobre capital próprio (bruto)	55.629	0,28
Reunião do Conselho de Administração em 08 de março de	Dividendos	115.242	0,58

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R\$ 45.897

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R. Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R. Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R. Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R. “(iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R. Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

R. Não houve.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

R. Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

R. Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

R. Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

R. Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

R. Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R. R\$ 109.659

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

R. Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

R. “(iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela assembleia geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica; (ii) reforçar o capital de giro da Companhia; e, (iii) ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia;”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R. R\$ 570.896

c. Descrever como o montante foi calculado

R. Saldo excedente do lucro do exercício ajustado, após proposta de dividendos e composição da Reserva de Lucros a Realizar.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

R. Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

R. Não aplicável

ANEXO III
Remuneração dos Administradores
Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)

13.1. – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pela Companhia. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, através do alcance e superação de metas que sejam interessantes para colaboradores, Companhia e acionistas.

Adicionalmente à política de remuneração, a Companhia possui Plano de Opção de Compra de Ações que confere ao seu detentor o direito, porém não a obrigação de subscrever ações da Companhia a um preço fixado num determinado período de tempo. Na nossa visão, trata-se de instrumento que, de um lado, envolve risco, mas, de outro, permite o alinhamento dos interesses da administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo.

Para mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

b) composição da remuneração:

i. elementos da remuneração e os objetivos:

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não fazem jus à remuneração variável e/ou quaisquer benefícios.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, participação nos resultados, e benefícios. A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utilizando-se a metodologia Hay Group, e objetiva: **(i)** a motivação, com o objetivo primordial a geração de valor para a Companhia, e **(ii)** otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado com quem atua. A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor meritocracia, praticado na Companhia, objetivando: **(i)** a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e **(ii)** vincular o desempenho dos Diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; **(iii)** alinhar a remuneração dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia. Os benefícios recebidos pelos Diretores são: **(a)** plano de saúde e odontológico; **(b)** auxílio refeição; **(c)** previdência privada FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar (“FASCEMAR”); **(d)** seguro de vida. Os benefícios são alinhados com práticas de mercado de forma a compor a remuneração total dos administradores da Companhia.

Adicionalmente, muito embora o Comitê de Auditoria e Segurança da Companhia possua participação na decisão dos órgãos de administração da Companhia, além de exercer outras funções e atividades, este comitê não recebe e nem recebeu qualquer remuneração desde sua criação em 2015.

ii. **proporção de cada elemento na remuneração total:**

31 de dezembro de 2018				
Órgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções* (Stock Options)
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	54,78%	0,95%	44,27%	0,00%
Diretoria Estatutária	21,91%	2,14%	75,95%	0,00%

31 de dezembro de 2017				
Órgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções* (Stock Options)
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	48,48%	0,66%	50,86%	0,00%
Diretoria Estatutária	23,65%	1,36%	75,00%	0,00%

31 de dezembro de 2016				
-------------------------------	--	--	--	--

Órgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções* (<i>Stock Options</i>)
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	0%
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0%
Diretoria Estatutária	11%	0%	87%	0%

* Caráter meramente informativo (vide item 13.16 deste Formulário de Referência).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração, tanto para conselheiros, quanto para diretores estatutários. Sobre a metodologia de cálculo, periodicamente, analisa-se as práticas de mercado, obtidas através de pesquisa de mercado, que objetiva avaliar a aderência interna dos valores à realidade do mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

Sua totalidade é aprovada em Assembleia Geral da Companhia e é distribuída conforme determinação do Conselho de Administração da Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

Para a parcela fixa da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia são consideradas pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e avaliações de desempenho individuais, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

A remuneração variável dos diretores estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico do Emissor. Os principais indicadores avaliados incluem: **(i)** EBITDA; **(ii)** geração operacional de caixa; **(iii)** execução de investimentos; **(iv)** indicadores de qualidade; **(v)** indicadores de satisfação de clientes e funcionários; e **(vi)** índices de perdas de energia; dentre outros.

Muito embora o Comitê de Auditoria e Segurança da Companhia possua participação na decisão dos órgãos de administração da Companhia, além de exercer outras funções e atividades, este comitê não recebe e nem recebeu qualquer remuneração desde sua criação em 2015.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No que tange aos diretores estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

As metas da presidência são desdobradas para cada diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribuam para o resultado da Companhia. Além disso, é necessário que a Companhia atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável, neste mesmo sentido resultados excepcionais também refletem em remuneração variável diferenciada.

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia recebem apenas remuneração fixa, portanto não há indicadores de desempenho atrelados a tal remuneração.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pelo Emissor, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

Os indicadores definidos como metas, cujos resultados influenciam em sua remuneração variável, são estabelecidos de modo a alinhar os interesses dos administradores da Companhia com os interesses dos seus acionistas no curto e no médio prazo.

A existência de Plano de Opção de Compra de Ações, apesar de entendermos que tal Plano não possui caráter remuneratório (conforme descrito no item 13.16 deste Formulário de Referência) visa alinhar os interesses de longo prazo da Companhia e seus acionistas com os interesses dos seus administradores. Sem prejuízo, tendo em vista a estrutura das informações requeridas no âmbito deste item 13, e para fins meramente informativos, serão incluídas ao longo desse item 13 disposições sobre o Plano de Opção de Compra de Ações.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos 3 (três) últimos exercícios, bem como no exercício social corrente, a Companhia mantém com sua controlada, Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, compartilhamento de recursos observando estritamente a legislação pertinente, em especial contábil e regulatória. Assim, o percentual referente à remuneração pelo exercício de atividades de parte da diretoria estatutária na Companhia é repassado à controlada.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 – Valores Anuais				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b.i. Nº total de Membros	7	7	3	17
b.ii. Nº de membros remunerados	7	2	3	12
c.i. Remuneração fixa anual	2.412.661,08	1.879.161,72	216.000,00	4.507.822,80
Salário ou Pró-labore	1.980.000,00	1.440.000,00	180.000,00	3.600.000,00
Benefícios diretos e indiretos	36.661,08	151.161,72	-	187.822,80
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0
Outros (INSS parte empresa)	396.000,00	288.000,00	36.000,00	720.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
c.ii. Remuneração variável	1.920.000,00	8.045.822,52	-	9.965.822,52
Bônus	1.600.000,00	6.704.852,10	-	8.304.852,10
Participação nos resultados	0	0	0	0,00

Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros (INSS parte empresa sobre bônus)	320.000,00	1.340.970,42	-	1.660.970,42
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS sobre bônus		
c.iii. Benefícios Pós-emprego	0	199.653,50	0	199.653,50
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
c.v. Remuneração baseada em ações*	0	0	0	0
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	
d. Total da remuneração	4.332.661,08	10.124.637,74	216.000,00	
e. Total da remuneração dos Órgãos				14.673.298,82

13.2. – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b.i. Nº total de Membros	7	7	3	17
b.ii. Nº de membros remunerados	7	2	3	12
c.i. Remuneração fixa	2.410.398,26	1.868.540,53	216.000,00	4.494.938,79

anual				
Salário ou Pró-labore	1.980.000,00	1.440.000,00	180.000,00	3.600.000,00
Benefícios diretos e indiretos	34.398,26	140.540,53	-	174.938,79
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	-
Outros (INSS parte empresa)	396.000,00	288.000,00	36.000,00	720.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
c.ii. Remuneração variável	1.920.000,00	5.989.382,95	-	7.909.382,95
Bônus	1.600.000,00	4.991.152,46	-	6.591.152,46
Participação nos resultados	0	0	0	-
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	-
Comissões	0	0	0	-
Outros (INSS parte empresa sobre bônus)	320.000,00	998.230,49	-	1.318.230,49
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS sobre bônus		-
c.iii. Benefícios Pós-emprego	0	185.497,44	0	185.497,44
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	-

c.v. Remuneração baseada em ações*	0	0	0	-
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	
d. Total da remuneração	4.330.398,26	8.043.420,92	216.000,00	
e. Total da remuneração dos Órgãos				12.589.819,18

13.2. – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b.i. Nº total de Membros	7	6	3	16
b.ii. Nº de membros remunerados	7	2	3	12
c.i. Remuneração fixa anual	2.330.143,54	1.936.248,18	216.000,00	4.482.391,72
Salário ou Pró-labore	1.920.000,00	1.540.000,00	180.000,00	3.640.000,00
Benefícios diretos e indiretos	26.143,54	88.248,18	-	114.391,72
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	-
Outros (INSS parte empresa)	384.000,00	308.000,00	36.000,00	728.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
c.ii. Remuneração variável	2.417.141,40	5.860.621,80	-	8.277.763,20
Bônus	2.014.284,50	4.883.851,50	-	6.898.136,00
Participação nos resultados	0	0	0	-
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	-
Comissões	0	0	0	-
Outros (INSS parte empresa sobre bônus)	402.856,90	976.770,30	-	1.379.627,20
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS sobre bônus		-
c.iii. Benefícios Pós-emprego	0	162.442,56	0	162.442,56
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	-
c.v. Remuneração baseada em ações*	0	0	0	-
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	

d. Total da remuneração	4.747.284,94	7.959.312,54	216.000,00	
e. Total da remuneração dos Órgãos				12.922.597,48

13.2. – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de Membros	6,00	6,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou Pró-labore	1.868.500,00	1.320.000,00	182.670,00	3.371.170,00
Benefícios diretos e indiretos	22.140,00	67.770,00	0,00	89.910,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	373.700,00	264.000,00	36.530,00	674.230,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2016	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	7.145.750,00	0,00	7.145.750,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.014.844,00+414.306,00	0,00	1.429.150,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS	-	-
Pós-emprego	0,00	13.440,00	0,00	13.440,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)*	0,00	10.050.903,00	0,00	10.050.903,00
Observação	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	O número total de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no item 10.2.13 (b) do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2016	-
Total da remuneração	2.264.340,00	20.291.013,00	219.200,00	22.774.553,00

* Inclui *Stock Options* por caráter meramente informativo (vide item 13.16 deste Formulário de Referência)

13.3. – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b. Número de Membros	7	6	3	16
c. Número de Membros remunerados	7	2	3	12
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	1.600,00	6.704,85	0	8.304,85
e. Participação no resultado:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	0	0	0

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b. Número de Membros	7	6	3	16
c. Número de Membros remunerados	7	2	3	12
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	1.600,00	4.991,15	0	6.591,15
e. Participação no resultado:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	0	0	0

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
	Administração	Estatutária	Fiscal	
b. Número de Membros	7	6	3	16
c. Número de Membros remunerados	7	2	3	12
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	1.955	0	1.955,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	8.000	0	8.000,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	2.014,28	4.883,85	0	6.898,13
e. Participação no resultado:	0	0	0	0
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0	0	0	0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0	0	0	0

(*) A tabela acima, incluem os encargos e provisões legais, para atender o regime de competência.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	6	6	3	15
c. Número de Membros remunerados	6	6	3	15
d. Bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no	0,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00

plano de Remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	7.965.830,00	0,00	7.965.830,00
iv. valor efetivamente reconhecido nos resultados dos 3 últimos exercícios	2.071.530,00	7.074.200,00	0,00	9.145.730,00
e. Participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii. valor máximo previsto no plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
iv. valor efetivamente reconhecido nos resultados dos 3 últimos exercícios	0,00	0,00	0,00	0,00

(*) A tabela acima, incluem os encargos e provisões legais, para atender o regime de competência.

13.4. – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Por falta de classificação específica e conforme mencionamos no item 13.1.a deste Formulário de Referência, estamos fornecendo informações relativas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia neste item 13.4.

a) termos e condições gerais

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia (“Quarto Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Quarto Plano não poderão exceder 3% das ações representativas do capital social da Companhia. Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado previsto no estatuto social. Maiores detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na ata da AGE que aprovou o mesmo, a qual está disponível no: **(i)** no *website* da Companhia (www.equatorialenergia.com.br); e **(ii)** no website da CVM (www.cvm.gov.br).

b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a: **(a)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; **(b)** alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e **(c)** possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as pessoas elegíveis.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano contribui para esses objetivos na medida em que oferece aos seus beneficiários a possibilidade de torná-lo acionista da Companhia, alinhando os interesses de acionistas e administradores, e os incentivando a obter sua máxima performance.

d) como o plano se insere na política de remuneração* do emissor

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base no cumprimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os planos de opção de compra de ações implementados constituem um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas corporativas.

Conforme mencionado no item 13.1.a deste Formulário de Referência, não consideramos este Quarto Plano como remuneração.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As opções outorgadas pelo Quarto Plano têm prazo de exercício de médio e longo prazo, podendo chegar até 6 (seis) anos. Desta maneira, o plano alinha os interesses dos administradores, da Companhia e dos acionistas na medida em que estimula o melhor desempenho dos administradores num horizonte de tempo mais largo, trazendo benefícios para todos através da valorização do preço da ação da Companhia.

f) número máximo de ações abrangidas

Até 3% do capital social total da Companhia.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção outorgada dá direito à subscrição de 1 (uma) ação ordinária da Companhia, limitada a emissão de até 3% do capital social total da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos “*Contratos de Opção*”, as “*Opções*” se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos “*Beneficiários*” permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga (conforme definida a seguir) e os aniversários de cada lote de “*Opções*” outorgadas. As Opções serão extintas após 6 (seis) anos a partir de 21 de julho de 2017 (“*Data da Outorga*”).

O Beneficiário que desejar exercer a sua Opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de Opções que deseja exercer.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Quarto Plano foi determinado com base na média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ponderada pelo volume de negociação, no período de 180 (cento e oitenta) dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício (conforme abaixo definido) será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Quarto Plano prevê o exercício das Opções, sendo:

- (a)** 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da Data de Outorga;
- (b)** 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da Data de Outorga;
- (c)** 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da Data de Outorga; e

(d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da Data de Outorga.

O prazo para exercício está limitado a 6 (seis) anos a partir da Data de Outorga ("Prazo de Exercício")

k) forma de liquidação

Não está previsto pelo Quarto Plano.

l) restrições à transferência das ações

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da Data de Exercício das Opções, os Beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Quarto Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de Ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Quarto Plano.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração* baseado em ações

Conforme mencionado no item 13.1.a deste Formulário de Referência, não consideramos este Quarto Plano como remuneração.

Caso o administrador deixe de integrar os órgãos da Companhia: **(i)** as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e **(ii)** as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5. – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve outorga de Opções nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, e não há previsão de outorga no exercício corrente de 2019.

Remuneração Baseada em Ações prevista para o Exercício Social Corrente (2019)

	Conselho Administração	de	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	7		7
Número Total de Membros Remunerados	1		7
Preço Médio Ponderado de Exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
(b) Das opções perdidas no exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
(d) Das opções expiradas no exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,00%		3,00%

Remuneração Baseada em Ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho Administração	de	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	7		7
Número Total de Membros Remunerados	1		7
Preço Médio Ponderado de Exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
(b) Das opções perdidas no exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
(d) Das opções expiradas no exercício social	R\$ 17,91		R\$ 17,91
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,00%		3,00%

Remuneração Baseada em Ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho Administração	de	Diretoria Estatutária
--	---------------------------	----	-----------------------

Número Total de Membros	7	7
Número Total de Membros Remunerados	1	3
Preço Médio Ponderado de Exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 19,00	R\$ 19,00
(b) Das opções perdidas no exercício social	R\$ 19,00	R\$ 19,00
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 19,00	R\$ 19,00
(d) Das opções expiradas no exercício social	R\$ 19,00	R\$ 19,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,00%	3,00%

Remuneração Baseada em Ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de Membros	6	6
Número Total de Membros Remunerados	1	6
Preço Médio Ponderado de Exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 19,70	R\$ 19,70
(b) Das opções perdidas no exercício social	R\$ 19,70	R\$ 19,70
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 19,70	R\$ 19,70
(d) Das opções expiradas no exercício social	R\$ 19,70	R\$ 19,70
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	3,00%	3,00%

13.6. – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

2018		
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº Total de Membros	7	7
Nº de membros remunerados	7	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	1.200.000	262.500
Prazo máximo para exercício das opções	21/07/2020	21/07/2020
Prazo de restrição à transferência de ações	1 ano após o exercício	1 ano após o exercício
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 17,91	R\$ 17,91
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social Encerrado em 31.12.2018		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	7	7
Nº total de membros remunerados	7	1
Opções Exercidas		
Número de Ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações Entregues		
Número de Ações Entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Exercício Social Encerrado em 31.12.2017		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	7	7
Nº total de membros remunerados	7	1
Opções Exercidas		
Número de Ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações Entregues		
Número de Ações Entregues	0	0

Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

Exercício Social Encerrado em 31.12.2016		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	7	6
Nº total de membros remunerados	7	1
Opções Exercidas		
Número de Ações	0	87.500
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 19,98
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 1.974.000,00
Ações Entregues		
Número de Ações Entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

13.8. - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação

Utilizou-se o método de *Black & Scholes* para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de exercício. Todos os parâmetros foram com base em dados históricos (volatilidade, taxa livre de risco e preço da ação) nas datas das outorgas ou de finais de exercício social

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos pelo IPCA. Considerou-se ainda uma expectativa de saída de colaboradores detentores de opções com base no histórico da Companhia.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2017 referente ao exercício de 2016, e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações desde a abertura de capital.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A taxa livre de risco adotada com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos a IPCA (NTN-B) com prazos correlatos àqueles das opções

13.9. - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

	Equatorial Energia S.A.		
	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente	Ações detidas total
Conselho de Administração	45.000	-	45.000
Diretoria	506.253	-	506.253
Conselho Fiscal	-	-	-

Data base em 31 de dezembro de 2018, conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2019 e informações apresentadas no artigo 11 da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada.

13.10. – Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Somente os diretores estatutários da Companhia possuem planos de previdência privada na FASCEMAR. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não gozam desse benefício.

EXERCÍCIO DE 2018 (R\$ mil)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	7
c. Número de membros remunerados	2
d. Nome do plano:	Plano de Benefícios CELPA OP
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	N/A
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 185.497,44
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$ 14.156,06
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Não.

EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	6
c. Número de membros remunerados	2
d. Nome do plano:	Plano de Benefícios CELPA OP

e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	N/A
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 152.392,04
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$ 10.050,52
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Não.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (R\$ mil)	
a. Órgão:	Diretoria
b. Número total de membros:	07
c. Número de membros remunerados	06
d. Nome do plano:	Plano de Benefícios CELPA OP
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente:	N/A

g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$54.789,00
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:	R\$31.040,00
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:	Não.

13.11. - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal Valores anuais

*Para cálculo do valor médio da remuneração da Diretoria Estatutária, não foi incluído o valor de Remuneração Baseada em Ações, que não é considerado um plano de remuneração, conforme descrito no item 13.16 deste Formulário de Referência.

Descrição	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/18	31/12/17	31/12/16	31/12/18	31/12/17	31/12/16
Nº de membros	7	7	6	7	7	6	3	3	3
Nº de membros remunerados	2	2	6	7	7	6	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	3.571.725,02	3.458.386,61	3.119.000,00	2.534.398,26	2.940.428,04	2.971.000,00	60.000,00	60.000,00	73.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.908.117,53	1.143.770,00	275.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	60.000,00	60.000,00	73.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.739.921,28	2.170.699,89	1.292.000,00	516.342,61	640.071,34	792.000,00	60.000,00	60.000,00	73.000,00

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2017	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2016	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

Conselho de Administração	
31/12/2018	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2017	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2016	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2017	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2016	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu o valor da maior remuneração anual individual exerceu suas funções na Companhia durante os 12 meses do exercício social.

13.12. - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia contratou, no âmbito do seguro D&O em vigor, a cobertura adicional nº 22, na qual ficou estabelecido que a Seguradora para a concessão concederá, em determinadas hipóteses ali especificadas e, sem qualquer cobrança de prêmio adicional, de prazo complementar de 10 (dez) anos, a contar do término de vigência da apólice, para apresentação de reclamações de indenização contra o segurado que venha a se aposentar durante a vigência desta apólice. Não há mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício de 2018 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	80,08%	100,00%	100,00%

Exercício de 2017 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	81,82%	100,00%	100,00%

Exercício de 2016 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	4,57%	77,258%	100,00%



13.14. - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais os administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15. - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

EXERCÍCIO DE 2018 (R\$ mil)					
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária (Fixa)	Diretoria Estatutária (Variável)	Total
CELPA	168.000,00	162.000,00	1.295.856,15	1.245.283,87	2.871.140,02
CEMAR	-	126.000,00	1.653.304,52	4.254.761,07	6.034.065,59
Controla das do emissor	0	0	0		0

EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)					
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária (Fixa)	Diretoria Estatutária (Variável)	Total
CELPA	168.000,00	162.000,00	1.195.796,52	1.861.849,47	3.387.645,99
CEMAR	-	126.000,00	1.132.933,32	3.200.042,27	4.458.975,59
Controladas do emissor	-	-	-		-

31/12/2016 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	
	Fixa	Fixa	Fixa	Variável
CEMAR	0,00	126,00	0,00	801,34
CELPA	84,00	162,00	2.060,00	528,84
TOTAL⁽¹⁾	84,00	288,00	2.060,00	1.330,18

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

13.16. - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram prestadas nos itens acima.

ANEXO III

CANDIDATOS AOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)

12.5 – Em relação aos candidatos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome	Dt. Nascimento	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Luís Henrique de Moura Gonçalves	N/A	Administrador de Empresas	011.974.617-44	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Sim	2
Carlos Augusto Leone Piani	24/04/1973	Administrador de Empresas	025.323.737-84	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Não	4
Guilherme Mexias Aché	14/05/1969	Economista	960.753.177-91	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Sim	2
Firmino Ferreira Sampaio Neto	14/05/1946	Empresário	149.224.538-06	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Não	6
Tania Sztramfater Chocolat	17/01/1977	Engenheira de Produção	278.583.348-16	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Sim	0
Marcos Martins Pinheiro	24/06/1984	Economista	103.097.847-60	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Sim	0
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa	N/A	Engenheiro Mecânico	309.880.471-87	Conselheiro de Administração	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2021	Não há	N/A	Sim	0

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?	Membro Independente	Mandatos Consecutivos
Paulo Roberto Franceschi	12/06/1951	Contador	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2020	Não há	N/A	N/A	9
Saulo de Tarso Alves de Lara	30/12/1972	Administrador	678.691.498-53	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2020	Não há	N/A	N/A	3
Vanderlei Dominguez da Rosa	09/09/1963	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2020	Não há	N/A	N/A	4
Moacir Gibur	26/08/1966	Contador	574.558.569-20	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2020	Não há	N/A	N/A	4
Claudia Luciana Ceccatb de Trotta	05/06/1971	Advogada	606.362.629-87	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2020	Não há	N/A	N/A	4
Ricardo Bertucci	02/08/1977	Contador	003.673.579-50	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	26/04/2019	26/04/2019	AGO 2020	Não há	N/A	N/A	2

Subitens do item 12.5:

Luis Henrique de Moura Gonçalves, candidato a membro do Conselho de Administração

O Sr. Gonçalves é sócio e membro do Conselho de Administração da Gera Venture e Eleva Educação (desde 2011); Imaginarium S/A (desde 2012); e Brasil Brokers (desde 2014). O Sr. Gonçalves foi o sócio responsável por investimentos em ações da 3G Capital em Nova Iorque de 2005 a 2011. Entre 1998 e 2004 foi gestor de portfólio de ações internacionais e chefe da área de análise da JGP S.A. Foi analista de finanças corporativas e gestor de ações brasileiras no Banco Pactual, entre 1994 e 1998, e trainee internacional e analista de finanças corporativas no Citibank NA, de 1990 a 1994. O Sr. Gonçalves é formado em administração de empresas pela PUC-Rio, possui especialização em Finanças Corporativas pelo IBMEC e em Fusões e Aquisições pela Wharton School of Business.

Carlos Augusto Leone Piani, candidato a membro do Conselho de Administração

O Sr. Piani é presidente da divisão canadense da Kraft Heinz Company, tendo sido diretor da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. e co-responsável pela área de Private Equity. Adicionalmente, o Sr. Piani é Conselheiro da Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações e da Unidas S.A. desde julho de 2011 e membro dos Conselho de Administração da Equatorial e CEMAR desde abril de 2010 e março de 2006, respectivamente. Na Equatorial, também foi membro do Conselho de Administração entre novembro de 2008 e abril de 2010 e diretor presidente entre março de 2007 e abril de 2010. Na CEMAR, também foi Vice-Presidente Administrativo Financeiro entre maio de 2004 e março de 2006 e Diretor Presidente entre março de 2006 e abril de 2010. Antes, trabalhou durante 6 anos no Banco Pactual. Entre 2000 e 2004, coordenou a gestão de fundos de capital de risco administrados pela Área de Investimentos do Banco. Neste período, atuou como membro do conselho de administração da Proteus Soluções em Tecnologia da Informação S.A., Visionnaire S.A., Extracta Moléculas S.A., Padtec S.A., Pini S.A, Automatos International Ltd. e SpringWireless Ltd. e como conselheiro fiscal suplente da Eletropaulo Metropolitana Energia Elétrica de São Paulo S.A. (de abril de 2003 a março de 2004). Entre 1998 a 2000, trabalhou na área de Finanças Corporativas em operação voltadas para os setores de infraestrutura. Antes do Pactual, trabalhou em 1997 na Ernst & Young como analista do Departamento de

Business Valuation. O Sr. Piani é graduado em Informática pela PUC-RJ e em Administração de Empresas pelo IBMEC. Além disso, obteve o título de CFA Charterholder pelo CFA Institute em 2003 e concluiu o curso Owners and President Management (OPM) Program da Harvard Business School em 2008.

Guilherme Mexias Aché, candidato a membro do Conselho de Administração

O Sr. Aché é economista e sócio fundador da Squadra Investimentos - Gestão de Recursos Ltda., atuando como CEO e co-CIO desta empresa. Adicionalmente atua como Conselheiro do Grupo Imaginarium. O Sr. Aché foi chefe da área de análise de empresas do Banco Pactual entre 1993 e 1998, onde começou como analista em 1991. De 1998 a 2007, foi um dos sócios fundadores e diretor da JGP Gestão de Recursos, onde foi o Portfolio Manager responsável pelos investimentos em ações, tanto no Brasil como em outros mercados emergentes.

Firmino Ferreira Sampaio Neto, candidato a membro do Conselho de Administração

O Sr. Sampaio foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia de março de 2006 a abril de 2010, e entre novembro de 2015 até os dias atuais. Também é Conselheiro da Cemar desde maio de 2004. Entre 2010 e 2015, Firmino foi Diretor-Presidente da Equatorial Energia. Sr. Sampaio Neto foi presidente da Eletrobrás entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. O Sr. Sampaio Neto foi Presidente e Diretor Financeiro da COELBA por 14 anos. Membro do Conselho de Administração de Furnas, Itaipu Binacional, CHESF, Eletrosul, Gerasul, CEMIG, ENERSUL, CEMAT e LIGHT. O Sr. Sampaio Neto é graduado em Economia pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV.

Tania Sztamfater Chocolat, candidata a membro do Conselho de Administração

Diretora Sênior da área de Direct Equity Investments para América Latina no Canada Pension Plan Investment Board desde Maio de 2017. Anteriormente, Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raízen Investimentos, e Diretora responsável por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Anteriormente, Tania ocupou diversas posições no banco Itaú e Unibanco, entre 2004 e 2013, nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research. Foi Head da área de Solution Partners no Itau Private Bank, Diretora Executiva no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Unibanco, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan. Tania é graduada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Marcos Martins Pinheiro, candidato a membro do Conselho de Administração

Possui mestrado em Ciências Econômicas com ênfase em Organização Industrial e graduação em Ciências Econômicas pela PUC/RJ. Foi ganhador do 5º prêmio ANBIMA de Mercado de Capitais. Ingressou no Opportunity em 2011 como analista de empresas dos setores de energia elétrica e petróleo. Posteriormente, passou a participar também do comitê de gestão, onde atua até hoje. Foi professor auxiliar de análise de investimentos no programa de graduação em economia da PUC/RJ, membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Pernambuco e atuou também como analista de risco de crédito do Itaú-Unibanco.

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, candidato a membro do Conselho de Administração

Pedrosa foi conselheiro da Equatorial Energia de março de 2006 a 2015. É parte integrante do Conselho de Competitividade do Plano Brasil Maior e dos Conselhos das Indústrias Reguladas e de Energia da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Anteriormente participou dos Conselhos de CEMAR e Light. O Sr. Pedrosa também é Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace). Atuou como professor dos cursos de MBA em Energia do IBMEC-Rio e FGV-SP, da Pós-Graduação em Direito da Energia da Universidade Cândido Mendes e de cursos da USP, Unifei e UnB. Trabalhou na Eletronorte no projeto de turbinas hidráulicas e usinas hidrelétricas e foi Presidente da Chesf e da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), tendo atuado também como assessor da Subcomissão de Energia e da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. Durante quatro anos, o Sr. Pedrosa foi diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O Sr. Pedrosa é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB), com formação técnica complementar em sistemas auxiliares de usinas hidrelétricas, turbinas hidráulicas e projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e MBA pela FIA-USP.

Paulo Roberto Franceschi, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr Paulo Roberto é sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Como Sócio sênior, tem como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Trabalhou em Auditoria Internacional por 18 anos antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. É membro titular do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Bematech S.A., Equatorial Energia S.A. (controladora do Emissor), Triunfo Participações e Investimentos S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (empresa do grupo econômico do Emissor). É também membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Cia. Energética de Pernambuco – CELPE, Tecnisa S.A., Weg S.A., BB Seguridade Participações S.A., Schulz S.A.. O Sr. Paulo Roberto cursou Ciências Econômicas pela FAE Business School e Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

Saulo de Tarso Alves de Lara – candidato a membro efetivo do conselho fiscal

Saulo de Tarso Alves de Lara é graduado em Administração de Empresas (1979) pela Fundação Getúlio Vargas. Fez cursos de extensão no IMD - International Management Development (1984) onde obteve sua pós graduação na área de Control and Finance. O Sr Lara iniciou sua carreira na Arthur Andersen permanecendo como auditor externo por dez anos. No período de 1987 até 1996 atuou no segmento da construção civil, em indústria cimenteira, responsável pela área de controle e controle corporativo das operações do Brasil e América do Sul. Em 1996, foi indicado para ser o CFO de empresa Americana, do ramo de embalagens. Em 1998, foi contratado como diretor de Planejamento e Controle da Cyrela Brazil Realty, permanecendo na companhia até 2010, quando assumiu o cargo de Diretor de Controladoria na PDG Realty. Desde 2013, é CFO da Greenwood Resource Brasil.

Vanderlei Dominguez da Rosa, candidato a membro efetivo do conselho fiscal

O Sr. Dominguez é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em cursos de extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S.S. e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente e é o responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal das empresas: Odontoprev S.A., Sanepar, Tecnisa S.A., Weg S.A.; e como membro suplente do conselho fiscal das empresas Marcopolo S.A., Padtec S.A., IdeiasNet S.A., Officer Distribuidora S.A.; Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Fiscal das empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A., Equatorial Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (estas duas últimas integrantes do grupo econômico do Emissor), OSX Brasil S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., Multiplus S.A., MPX Energia S.A., Tupy S.A., Marisol S.A..

Moacir Gibur – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Gibur é sócio da empresa Audicontrol Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal desde 2001, tendo anteriormente trabalhado na Emilio Romani S.A. e na Russel Bedford Auditores Independentes. O Sr. Gibur foi membro titular do Conselho Fiscal da Siderquímica S.A..

Claudia Ceccatto de Trotta – candidata a membro suplente do conselho fiscal

A Sra. Trotta é formada em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e especializada em Direito Societário pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente, é sócia de Trotta, Ceccatto Advogados Associados, sociedade de advogados com atuação especializada nas áreas de Direito Societário, Empresarial, Investimentos Estrangeiros, Contratos Empresariais, Direito Administrativo e Concorrencial, Direito Ambiental, Direito Civil e Imobiliário, desde 2013. Também foi sócia, por 18 anos, do Escritório Augusto Prolik – Advogados Associados, atuando como advogada nas áreas de Direito Empresarial, Direito Societário, Contratos e Investimentos Estrangeiros. A Sra. Trotta também é membro da Comissão de Sociedades de Advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, desde julho de 2013 e foi instrutora da Comissão de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, responsável pela relatoria dos processos de arquivamento de constituição, alteração e demais atos societários das sociedades de advogados.

Ricardo Bertucci – candidato a membro suplente do conselho fiscal

O Sr. Bertucci é graduado em Ciências Contábeis pela UFPR – Universidade Federal do Paraná e pós graduado em Controladoria pela FAE Business School. É sócio da Audicontrol – Auditoria e Controle desde 2011, sendo sócio sênior responsável pela condução da estratégia do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Cargo	% Participação
Luís Henrique de Moura Gonçalves	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Carlos Augusto Leone Piani	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Guilherme Mexias Aché	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	100%
Tania Sztamfater Chocolat	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	Não aplicável
Marcos Martins Pinheiro	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	Não aplicável
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa	Conselheiro de Administração- Membro Efetivo	Não aplicável
Paulo Roberto Franceschi	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Saulo de Tarso Alves de Lara	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Vanderlei Dominguez da Rosa	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	100%
Moacir Gibur	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável
Ricardo Bertucci	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	Não aplicável

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários:

Não aplicável.

12.9 e 12.10 – Em relação aos candidatos a membros do conselho fiscal do emissor:



Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Os srs. Saulo de Tarso Alves de Lara, Paulo Roberto Franceschi, Vanderlei Dominguez da Rosa, Moacir Gibur, Claudia Luciana Ceccatto de Trotta e Ricardo Bertucci também estão sendo indicados ao cargo de membros do Conselho Fiscal das controladas Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA.